

***INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES***  
***CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL***

**2008/2009**



**TII**

**DOCUMENTO DE TRABALHO**

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS.

**O DISPOSITIVO E AS CAPACIDADES DAS FORÇAS ARMADAS NA  
RESPOSTA A SITUAÇÕES DE CRISE DECORRENTES DE  
CATÁSTROFE OU CALAMIDADE PÚBLICA**

*António José de Carvalho Gonçalves Henriques*  
*Capitão-de-mar-e-guerra*



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**O DISPOSITIVO E AS CAPACIDADES DAS FORÇAS  
ARMADAS NA RESPOSTA A SITUAÇÕES DE CRISE  
DECORRENTES DE CATÁSTROFE OU CALAMIDADE  
PÚBLICA**

**António José de Carvalho Gonçalves Henriques  
Capitão-de-mar-e-guerra**

**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL DO CPOG**

**LISBOA 2009**



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**O DISPOSITIVO E AS CAPACIDADES DAS FORÇAS  
ARMADAS NA RESPOSTA A SITUAÇÕES DE CRISE  
DECORRENTES DE CATÁSTROFE OU CALAMIDADE  
PÚBLICA**

**António José de Carvalho Gonçalves Henriques  
Capitão-de-mar-e-guerra**

**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL DO CPOG**

Orientador: COR TIR ART António José Pacheco Dias Coimbra

LISBOA 2009



## **AGRADECIMENTOS**

Para alguém pouco conhecedor da matéria, por mais leituras efectuadas ou entrevistas conduzidas, um trabalho de investigação desta monta necessita de um “clique” que o faça arrancar e enveredar, em definitivo, pelo rumo adequado. No meu caso, tenho que agradecer esse valioso “clique” ao Major-General Campos Gil, cujos conhecimentos, empenho, camaradagem e cortesia, me permitiram dar início ao desbravar do caminho a seguir.

Ao Contra-Almirante Mina Henriques, que fruto de uma amizade de 30 anos, me proporcionou um manancial de informação que estruturou o tema e a sua delimitação, ao saber do Coronel António Antunes, cuja experiência me ajudou a melhor compreender os meandros da protecção civil, e à amizade e camaradagem do Coronel António Tavares, devo muito do que foi produzido.

A todos, e foram muitos, os que, com maciças doses de generosidade e paciência, me proporcionaram ao longo destes meses informações e material que contribuíram para o trabalho ir ganhando forma e conteúdo.

À Rosarinho, pela civilizada disputa do computador caseiro.



## ÍNDICE

<b>1. Introdução .....</b>	<b>1</b>
a. Importância do estudo.....	3
b. Objecto de estudo e sua delimitação .....	4
c. Objectivos .....	4
d. Questão Central, Questões Derivadas e Hipóteses .....	5
e. Metodologia e estrutura do documento .....	6
<b>2. Enquadramento legal, normativo e conceptual .....</b>	<b>7</b>
a. Quadro nacional.....	7
(1) Constituição da República Portuguesa.....	7
(2) Lei da Defesa Nacional .....	7
(3) Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas .....	8
(4) Conceito Estratégico de Defesa Nacional e Conceito Estratégico Militar .....	8
(5) Missões Específicas das Forças Armadas.....	9
(6) Programa do XVII Governo Constitucional (2005/2009) .....	9
(7) Lei de Bases da Protecção Civil.....	10
(8) Autoridade Nacional de Protecção Civil.....	10
(9) Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro .....	11
(10) Lei Orgânica do EMGFA .....	12
(11) Directiva Operacional n.º 10/CEMGFA/ 99 .....	12
(12) Lei Orgânica do Exército .....	13
(13) Directiva CEMA n.º 005/2001 .....	13
(14) Sistema de Autoridade Marítima .....	14
(15) Sistema de Autoridade Aeronáutica.....	14
b. Síntese conclusiva.....	15
<b>3. Dispositivo e capacidades das FFAA para colaboração com a protecção civil... 15</b>	<b>15</b>
a. Exército .....	15
(1) Tarefas Específicas .....	15
(2) Dispositivo .....	16
(a) 1.º nível – Estrutura de Comando e Controlo .....	16
(b) 2.º nível – Meios de resposta, utilizando Forças de Apoio Geral.....	16
(c) 3.º nível – Prevenção, envolvendo toda a Estrutura de Base do Exército	18
(3) Planos de Apoio do Exército .....	18
b. Marinha.....	18



(1) Tarefas Específicas .....	18
(2) Dispositivo .....	19
(3) Planos de intervenção da Marinha .....	20
(4) Assistência Humanitária (Vila D'Ela / Exercícios DISTEX) .....	20
(5) Procedimentos perante catástrofes .....	21
c. Força Aérea.....	22
(1) Tarefas Específicas .....	22
(2) Dispositivo .....	23
(3) Plano de activação de equipas de reconhecimento NBQ.....	24
(4) Protocolos .....	25
d. Comando Operacional dos Açores .....	25
e. Comando Operacional da Madeira .....	26
f. Síntese conclusiva .....	27
<b>4. Exemplos de colaboração de FFAA europeias no âmbito da protecção civil.....</b>	<b>28</b>
a. Espanha.....	28
(1) <i>Unidad Militar de Emergências</i> .....	28
(2) Intervenção / Estrutura orgânica .....	28
(3) Capacidades .....	29
b. França .....	29
(1) <i>Formations Militaires de Sécurité Civile</i> .....	29
(2) Dispositivo / Missões.....	30
(3) Meios / Destacamentos especializados .....	31
c. Síntese conclusiva.....	32
<b>5. Estratégia e linhas de acção para uma mais eficaz e eficiente cooperação entre FFAA e protecção civil .....</b>	<b>33</b>
a. Breve descrição do método SWOT .....	33
b. Capacidades das FFAA: Potencialidades .....	33
c. Capacidades das FFAA: Vulnerabilidades .....	34
d. Ambiente externo às FFAA: Oportunidades .....	35
e. Ambiente externo às FFAA: Ameaças .....	35
f. Linhas de acção estratégicas a seguir .....	36
(1) Emprego das Potencialidades para explorar as Oportunidades .....	36
(2) Emprego das Potencialidades para evitar (ou minimizar) as Ameaças .....	36
(3) Correção das Vulnerabilidades para tirar partido das Oportunidades.....	37



(4) Correção das Vulnerabilidades para superar as Ameaças.....	37
g. Síntese conclusiva.....	37
<b>6. Conclusões/Recomendações.....</b>	<b>38</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>41</b>
<b>ÍNDICE DE APÊNDICES</b>	
APÊNDICE I – Glossário de Conceitos .....	I-1
APÊNDICE II – Planos de apoio do Exército.....	II-1
APÊNDICE III – Planos de Intervenção da Marinha.....	III-1
APÊNDICE IV – Protocolos entre FAP e diversas entidades.....	IV-1



## **RESUMO**

Como todos os países, Portugal necessita estar preparado para responder, com prontidão e de forma coordenada e eficaz, a situações decorrentes de acidentes graves ou catástrofes. Com a segurança assumindo-se como uma dimensão essencial no desenvolvimento social e da qualidade de vida das populações, e com a evolução do actual conceito de defesa que alarga o âmbito de ameaça, faz cada vez menos sentido atribuir às Forças Armadas funções exclusivamente militares, pelo que o seu papel, para lá da missão prioritária de defesa da integridade do território nacional, se alarga à colaboração, caso tal se venha a mostrar necessário, em tarefas de protecção civil.

Num país de recursos limitados como o nosso, esta cooperação entre Forças Armadas e protecção civil adquire uma superior importância, devendo procurar-se a rentabilização e optimização dos sempre escassos meios e capacidades existentes, com vista à eficácia e sucesso de operações de socorro em larga escala.

Neste contexto, propomo-nos no presente trabalho identificar de que forma podem as Forças Armadas dar uma mais eficaz e eficiente resposta, em colaboração com os organismos de protecção civil, a situações decorrentes de acidente grave ou catástrofe, identificando linhas de acção estratégicas que permitam um melhor desenvolvimento da cooperação e uma mais correcta articulação com a estrutura da protecção civil.

Partindo da análise do quadro legislativo, normativo e conceptual que regula a actuação das Forças Armadas neste âmbito, e prosseguindo com a identificação do dispositivo e capacidades passíveis de serem disponibilizadas para missões de protecção civil na ocorrência de sinistros de grande dimensão, o trabalho pretende começar por efectuar o ponto de situação do actual nível de cooperação.

Após analisarmos os exemplos de alguns países europeus, e recorrendo a um modelo de análise SWOT, será então possível identificar um conjunto de linhas de acção que, sistematizadas, permitem preconizar uma “estratégia” a adoptar tendente a desenvolver esta colaboração das Forças Armadas com a protecção civil, com vista a melhorar a capacidade de resposta a acidentes graves ou catástrofes.

Finalmente, e na conclusão do trabalho, revemos o processo seguido para a obtenção dos resultados finais e resumimos a linha de acção estratégica a ser seguida, que incluímos como recomendação final para se obter uma melhor articulação e participação das Forças Armadas neste tipo de missões de interesse público.





## **ABSTRACT**

Like every country, Portugal needs to be prepared to provide prompt, co-ordinated, effective response to situations arising from serious accidents or catastrophes. With security playing an essential role in social development and in the quality of life of the people, and with the evolution of the present concept of defence that enlarges the scope of threat, it is becoming increasingly meaningless to assign exclusively military tasks to the Armed Forces. For this reason, their role, over and above their priority mission of defending the integrity of the national territory, extends also to co-operation in civil defence tasks, should it come to be required.

In a country of limited resources, such as ours, this co-operation between the Armed Forces and civil defence is all the more important, and efforts must be made to make optimal use of the ever-scarce resources and existing capabilities with a view to the efficacy and success of large-scale rescue operations.

In this connection, the aim of this paper is to determine how the Armed Forces may provide more effective and efficient response, in co-operation with the civil defence bodies, to situations arising from serious accidents or catastrophes, and to identify strategic lines of action allowing better co-operation and proper articulation with the organisational structure of the civil defence.

Starting of with a review of the legislative, regulatory and conceptual framework governing the actions of the Armed Forces in this connection, and then continuing with an identification of the means and capabilities that could be provided for civil defence missions in the event of major accidents, the paper starts with setting out the current situation regarding the present level of co-operation.

Following an analysis of the examples provided by several European countries and making use of a SWOT analysis model, it will then be possible to determine a set of lines of action that, properly systematised, will allow a recommendation to be made of a “strategy” to be adopted, leading to the development of this co-operation by the Armed Forces with the civil defence, with a view to improving the national response capacity to serious accidents and catastrophes.

Lastly, in the conclusions of the paper, we review the process followed so as to obtain the final results and summarise the strategic guideline to be followed, which we include as a final recommendation, in order to achieve better articulation of and participation by the Armed Forces in missions of public interest of this type.



## **PALAVRAS-CHAVE**

Acidente grave

Calamidade

Capacidades

Catástrofe

Crise

Dispositivo

Emergência

Forças Armadas

Protecção civil



## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AGRUMEDA	Agrupamento de Meios Aéreos
AAN	Autoridade Aeronáutica Nacional
AMN	Autoridade Marítima Nacional
ANPC	Autoridade Nacional de Protecção Civil
AR	Assembleia da República
BA4	Base Aérea n.º 4
BF	Batalhão de Fuzileiros
BIEM	Batalhão de Intervenção em Emergência
BQ	Biológico e Químico
BREC	Busca e Resgate de Estruturas Colapsadas
BRM	Busca e Resgate de Montanha
CASEVAC	Evacuação Aérea sem Acompanhamento Médico
CCBS	Centro de Coordenação de Busca e Salvamento
CCF	Comando do Corpo de Fuzileiros
CCO	Centros de Coordenação Operacional
CCOD	Centro de Coordenação Operacional Distrital
CCON	Centro de Coordenação Operacional Nacional
CDNBQPA	Centro de Defesa NBQ e Protecção Ambiental
CDOS	Centro Distrital de Operações de Socorro
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEM	Conceito Estratégico Militar
CEMA	Chefe de Estado-Maior da Armada
CEME	Chefe de Estado-Maior do Exército
CEMFA	Chefe de Estado-Maior da Força Aérea
CEMGFA	Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas
CNOS	Centro Nacional de Operações de Socorro
CNPCE	Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência
COA	Comando Operacional dos Açores
COC	Comando Operacional Conjunto
COFA	Comando Operacional da Força Aérea
COM	Comando Operacional da Madeira
COMAR	Centro de Operações da Marinha



Com ForMiSC *Commandement des Formations Militaires de Sécurité Civile*

COp	Comando Operacional do Exército
COPA	Centro de Operações Avançado
CRP	Constituição da República Portuguesa
CSMM	Centro de Simulação Médica da Marinha
DAMHo	Destacamento de Apoio Médico e Hospitalização
DGAM	Direcção-Geral de Autoridade Marítima
DGRF	Direcção-Geral de Recursos Florestais
DICA	Destacamento de Intervenção em Catástrofe Aero-móvel
DIOP	Divisão de Operações do EMGFA
DIOPS	Dispositivo Integrado das Operações de Protecção e Socorro
DIROP	Directiva Operacional
DISTEX	<i>Disaster Relief Exercise</i>
DITO	Destacamento de Intervenção Tecnológica
DR	Diário da República
EBE	Estrutura de Base do Exército
EEINP	Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente
ElemDefBQ	Elemento de Defesa Biológica e Química
EMA	Estado-Maior da Armada
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
ETNA-DLA	Escola de Tecnologias Navais – Departamento de Limitação de Avarias
ESL	Equipas de Salvamento Ligeiro
FAP	Força Aérea Portuguesa
FFAA	Forças Armadas
FIR	Região de Informação de Voo
FOPE	Força Operacional Permanente do Exército
GIPS	Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro
GNR	Guarda Nacional Republicana
GRA	Governo Regional dos Açores
HIP	Hipótese
HSEAH	Hospital de Santo Espírito Santo de Angra do Heroísmo
ICAO	<i>International Civil Aviation Organization</i>
IDN	Instituto de Defesa Nacional
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares



IFAP	Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas
IGFLOT	Instrução Geral da Flotilha
INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica
INSARAG	<i>International Search and Rescue Advisory Group</i>
LBPC	Lei de Bases de Protecção Civil
LDN	Lei de Defesa Nacional
LDNFA	Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas
LOBOFA	Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas
LPM	Lei de Programação Militar
MDN	Ministro da Defesa Nacional
MEDEVAC	Evacuação Aérea com Acompanhamento Médico
MIFA	Missões Específicas das Forças Armadas
MRCC	<i>Maritime Rescue Coordination Center</i>
MRSC	<i>Maritime Rescue Coordination Subcenter</i>
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organisation</i>
NAVPOL	Navio Polivalente Logístico
NBQ	Nuclear Biológico e Químico
NBQR	Nuclear Biológico e Químico e Radiológico
ONU	Organização das Nações Unidas
OST	<i>Operational Sea Training</i>
PLANOP	Plano Anual de Utilização de Forças e Unidades Operacionais
POTG	<i>Portuguese Task Group</i>
PSP	Polícia de Segurança Pública
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
RCC	<i>Rescue Coordination Center</i> (Centro Coordenador de Busca e Salvamento)
SAA	Sistema de Autoridade Aeronáutica
SAM	Sistema de Autoridade Marítima
SAR	<i>Search and Rescue</i>
SBSM	Serviço de Busca e Salvamento Marítimo
SCPMH	Serviço de Combate à Poluição do Mar por Hidrocarbonetos
SEDFCI	Sapadores do Exército para a Defesa da Floresta Contra Incêndios
SICOM	Sistema Integrado de Comunicações Militares



SICOSEDMA Sistema Integrado de Comunicações de Segurança, Emergência e Defesa da

Madeira

SIOPS	Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro
SIRESP	Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal
SNBSA	Sistema Nacional de Busca e Salvamento Aéreo
SNBSM	Sistema Nacional de Busca e Salvamento Marítimo
SRPCBA	Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores
SRPCBM	Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros da Madeira
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats</i>
TESP	Transporte Especial
TEVS	Transporte de Evacuados
TII	Trabalho de Investigação Individual
TGER	Transporte Geral
TT	Todo-o-Terreno
UBS	Unidade de Busca e Salvamento Urbano
UCHSIF	Unidade Compacta Hidráulica para a Supressão de Incêndios Florestais
UE	União Europeia
UEA	Unidade de Evacuações Aéreas
UEOS	Unidade Especial de Operações Subaquáticas
UIISC	Unidades de Instrução e Intervenção de Segurança Civil
UMDPH	Unidade Móvel de Descontaminação Pré-hospitalar
UME	<i>Unidad Militar de Emergencias</i>
USAR	<i>Urban Search and Rescue</i>
ZCR	Zona de Concentração de Reservas



*“Quando escrita em chinês a palavra crise compõe-se de dois caracteres: um representa perigo e o outro representa oportunidade”*

John Fitzgerald Kennedy

## **1. Introdução**

Portugal necessita estar preparado para responder com prontidão, e de forma coordenada e eficaz, às solicitações e necessidades da sua população, no Continente ou nas Regiões Autónomas, resultantes de situações decorrentes de acidentes graves ou catástrofes públicas, em termos de socorro e protecção civil. Esta é a actividade, com carácter permanente, multidisciplinar e plurisectorial, desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas, dirigida no sentido, e com a finalidade, de prevenir e evitar riscos colectivos inerentes a situações de acidentes graves, catástrofes ou calamidades, naturais ou tecnológicas, de atenuar os seus efeitos danosos, proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram<sup>1</sup>.

Os principais objectivos da protecção civil são: prevenir os riscos colectivos e a ocorrência de acidente grave ou de catástrofe deles resultante; atenuar os riscos colectivos e limitar os seus efeitos; socorrer e assistir as pessoas e outros seres vivos em perigo; proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público; e apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas em áreas afectadas por acidente grave ou catástrofe (LBPC, 2006: Art.º 4.º).

A Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) é a entidade a quem compete o encargo nacional de orientar e coordenar as acções de todos os organismos que, de alguma forma, possam concorrer para a política de protecção civil, e no âmbito do planeamento e execução dessa política, garante a coordenação, racionalização e prontidão dos meios operacionais do Dispositivo Integrado das Operações de Protecção e Socorro (DIOPS), colocando no terreno equipas de reconhecimento e avaliação, meios de resposta capazes de intervir com prontidão e eficácia, ou balanceando meios de reforço para ocorrências activas ou para pré-posicionamento em áreas de maior susceptibilidade ou vulnerabilidade<sup>2</sup>.

Devido às suas capacidades intrínsecas e à preparação para lidar com situações extremas, as Forças Armadas (FFAA) assumem papel de especial relevo na colaboração em acções de protecção civil, designadamente em operações de socorro de larga escala ou

---

<sup>1</sup> Lei n.º 27/2006, de 03JUL – Lei de Bases da Protecção Civil (LBPC, Artigo 1.º)

<sup>2</sup> Directiva Operacional Nacional n.º 1/2009 da ANPC



de maior risco e complexidade, destinadas a atenuar os efeitos nefastos resultantes de situações de emergência ou a repor a normalidade das condições de vida nas áreas atingidas. A participação das FFAA em acções de protecção civil poderá ser solicitada de acordo com planos previamente aprovados ou quando a gravidade da situação assim o exija, conforme a disponibilidade e prioridade de emprego dos meios militares, e decorre do preceituado na Constituição da República Portuguesa (CRP), que a partir de 1982 consagra a possibilidade da sua utilização em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações, inclusivamente em situações de calamidade pública. Na revisão de 1997 da CRP, foi acrescentada a possibilidade das FFAA poderem ser incumbidas de colaborar em missões de protecção civil.

De acordo com o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN, 2003), a defesa militar deve “articular-se com as componentes não militares da defesa nacional, nomeadamente o planeamento civil de emergência<sup>3</sup>, de forma a permitir a utilização eficaz de meios próprios ou constituídos para tempos de crise, ou eventual conflito, e ainda para, em tempo de paz, participar na definição da segurança dos pontos estratégicos” (CEDN, 2003: Art.º 6.1.). Para tal, devem as FFAA ser dotadas de capacidade para, sem prejuízo das missões de natureza intrinsecamente militar, realizar outras missões de interesse público, nomeadamente busca e salvamento, e o apoio à protecção civil e o auxílio às populações em situação de acidente grave ou catástrofe e, em colaboração com as autoridades competentes, contribuir para a protecção ambiental, defesa do património natural e prevenção dos incêndios.

Também segundo a Lei de Defesa Nacional (LDN) e a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA), incumbe às FFAA “colaborar em missões de protecção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações” (LDN, 2009: Art.º 24.º e LOBOFA, 2009: Art.º 4.º, n.º1. g.), competindo ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) definir as condições de emprego de forças e meios afectos à componente operacional do sistema de forças no cumprimento das missões e tarefas acima referidas.

---

<sup>3</sup> O Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência (CNPCE), criado pelo Decreto-Lei n.º 279/84, é um órgão de coordenação e apoio na dependência do Primeiro-Ministro (por delegação, encontra-se dependente do Ministro da Defesa Nacional), e decorre do conceito de “defesa civil do território” oriundo da II Grande Guerra Mundial. Tem como principal missão coordenar os aspectos logísticos do planeamento civil de emergência, apoiando as FFAA e garantindo o funcionamento de sectores estratégicos da Nação, ao assegurar a normalidade dos serviços públicos, aumentando a resiliência das estruturas críticas do território e disponibilizando os meios/serviços necessários para repor a situação anterior à crise.





### **a. Importância do estudo**

O tema é de grande relevância actual, face à segurança assumir-se como uma dimensão essencial do desenvolvimento social e da qualidade de vida das populações, e dado que na sociedade actual faz cada vez menos sentido atribuir às FFAA funções exclusivamente de defesa militar. Pelo contrário, vai-se interiorizando universalmente uma concepção de defesa total, ou seja, um sentimento de que a defesa contra o que quer que seja só é possível com o empenhamento de todos. Esta evolução do conceito de defesa extravasa, portanto, a noção de “Nação em armas”, alargando o âmbito de ameaça a outros acidentes graves ou catástrofes, pelo que as FFAA, para lá da sua missão prioritária de defesa da integridade do território nacional, devem colaborar, caso tal se venha a mostrar necessário, em tarefas de protecção civil.

Tendo em vista este quadro conceptual mais vasto de garantia da segurança e bem-estar das populações, no qual se esbate a tradicional distinção entre segurança e defesa, relevando a utilidade de valências residentes nas FFAA e o papel que lhes pode estar reservado neste novo quadro, o tema adquire uma superior importância para Portugal, país pequeno e cujos recursos serão sempre limitados, já que a procura de sinergias, a rentabilização e a optimização dos escassos meios e capacidades existentes, devem ser sempre analisadas de forma partilhada e cooperativa, visando a colaboração efectiva das FFAA em apoio dos organismos de protecção civil, na perspectiva da utilização do seu apreciável potencial de meios materiais e humanos que, com eficácia e oportunidade, podem contribuir decisivamente para o sucesso de operações de socorro em larga escala, bem como para operações de reabilitação de áreas afectadas por catástrofes, com vista à satisfação das necessidades básicas e à melhoria da qualidade de vida das populações.

Assim, o estudo reveste-se de particular valor dada a necessidade de, a nível institucional e funcional, se tentar aprofundar a cooperação entre FFAA e protecção civil, estabelecendo um quadro que, perspectivando a utilização racional e partilhada das capacidades existentes, não afecte o cumprimento das suas missões essenciais e preserve a cadeia de comando. Será igualmente importante visualizar a estrutura e outras formas de articulação/ligação nas eventuais acções a realizar, adaptando-as às necessidades futuras.

O tema irá ser desenvolvido tendo como referência o actual enquadramento legislativo e conceptual nacional, e no contexto do CEDN, pelo qual a defesa militar se deve articular com as componentes não militares da defesa nacional, nomeadamente o planeamento civil de emergência, de forma a permitir a utilização eficaz de meios próprios ou constituídos em tempos de crise.



No sentido de clarificar o tema, a nível conceptual e para efeitos da presente investigação, considera-se<sup>4</sup>:

O termo Acidente grave, como “um acontecimento inusitado com efeitos relativamente limitados no tempo e no espaço, susceptível de atingir as pessoas e outros seres vivos, os bens ou o ambiente”;

O termo Catástrofe, como “o acidente grave ou a série de acidentes graves susceptíveis de provocarem elevados prejuízos materiais e, eventualmente, vítimas, afectando intensamente as condições de vida e o tecido sócio-económico em áreas ou na totalidade do território nacional”<sup>5</sup>.

As catástrofes podem ser de dois tipos:

Naturais – sendo violentas (cheias rápidas, inundações, ciclones, tornados, sismos, erupções vulcânicas, tsunamis e decorrentes de fenómenos meteorológicos extremos, como nevões ou ondas de calor) ou de progressão lenta (secas, epidemias); Devidas ao homem (ou antropogénicas) – guerras, acidentes nucleares, rodoviários, ferroviários, marítimos ou aéreos, incêndios, explosões, soterramentos, danos ou colapsos em estruturas.

### **b. Objecto do estudo e sua delimitação**

Tendo como base as capacidades e as missões específicas das FFAA<sup>6</sup>, para a realização de missões de interesse público em proveito das populações, designadamente no âmbito do apoio à protecção civil, rentabilizando os meios gerados para as missões intrinsecamente militares, o objecto do estudo foi delimitado à avaliação e identificação das formas de cooperação institucional e funcional entre as FFAA e os organismos de protecção civil, incluindo estrutura e aspectos de articulação/ligação na cooperação.

Todo o desenvolvimento do tema terá por base o conceito de Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente (EEINP)<sup>7</sup>.

### **c. Objectivos**

Tendo presente o objecto de estudo e a delimitação estabelecida, neste trabalho de investigação procuraremos atingir os seguintes objectivos: a) análise do quadro legislativo,

<sup>4</sup> Lei n.º 27/2006, de 03JUL – Lei de Bases da Protecção Civil (Artigo 3.º)

<sup>5</sup> Contrariamente à Lei n.º 113/91 (antiga Lei de Bases da Protecção Civil), “calamidade” passou a ser entendida como uma situação que resulta do reconhecimento da necessidade de adoptar medidas de carácter excepcional, destinadas a prevenir, reagir ou repor a normalidade das condições de vida nas áreas atingidas face à ocorrência, ou iminência de ocorrência, de um acidente grave ou catástrofe. A sua declaração é da competência do Governo e reveste a forma de Resolução do Conselho de Ministros, podendo reportar-se a qualquer parcela do território. Na cadeia de grau crescente de perigo, é a mais grave das situações, seguindo-se às situações de alerta e contingência (Lei n.º 27/2006, Artigos 8.º, 9.º e 19.º)

<sup>6</sup> MIFA 04: Definidas em Conselho Superior de Defesa Nacional em 21OUT04.

<sup>7</sup> Conforme expresso no Conceito Estratégico de Defesa Nacional aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003, 20DEZ02 e publicado no Diário da República n.º 16, I Série B, 20JAN03.



normativo e conceptual em que se enquadra o tema, nomeadamente os conceitos de actuação das FFAA em funções de protecção civil; b) identificação e análise das capacidades das FFAA para fazer face a situações de crise decorrentes de acidentes graves ou catástrofes; c) identificação de uma “estratégia” e das linhas de acção que devem sustentar uma cooperação institucional e funcional, o mais eficaz e eficiente possível, entre FFAA e os organismos de protecção civil, por forma a facilitar a respectiva articulação e ligação das acções a realizar.

#### **d. Questão Central, Questões Derivadas e Hipóteses**

Tendo presente o objectivo e a delimitação do estudo, este trabalho de investigação desenvolve-se em torno da seguinte **Questão Central (QC)**:

*“De que forma podem as Forças Armadas, em termos organizativos e de capacidades, dar uma mais eficaz e eficiente resposta, em colaboração com os organismos de protecção civil, a situações decorrentes de acidente grave ou catástrofe?”*

A construção da resposta a esta questão será efectuada através da procura de respostas ao seguinte conjunto de **Questões Derivadas (QD)**:

**QD 1** – O quadro legal, normativo e conceptual que enquadra a cooperação entre FFAA e os organismos de protecção civil na resposta à ocorrência de acidentes graves ou catástrofes, é o adequado?

**QD 2** – De que forma estão as FFAA dotadas, em termos de dispositivo e capacidades, para cumprirem a sua missão de apoiar a protecção civil, visando dar uma resposta efectiva e eficaz à ocorrência de acidentes graves ou catástrofes?

**QD 3** – Tendo como referência os actuais dispositivos e capacidades das FFAA, que “estratégia” deve ser seguida e que alterações se poderão introduzir no seu emprego, de forma a permitir um melhor desenvolvimento da cooperação e a correcta articulação com a estrutura organizativa da protecção civil, tornando mais eficaz a resposta à ocorrência de acidentes graves ou catástrofes?

Para o tratamento da Questão Central, e perante estas Questões Derivadas, levantaram-se as seguintes **Hipóteses (HIP)**, que iremos procurar validar no decurso do trabalho de investigação:

**HIP 1** – O actual edifício legislativo, normativo e conceptual que estabelece as condições de emprego das FFAA, em apoio aos organismos de protecção civil, encontra-se suficientemente adequado, permitindo uma correcta coordenação de esforços na resposta à ocorrência de acidentes graves ou catástrofes;



**HIP 2** – As FFAA estão suficientemente dotadas, em termos de dispositivo e capacidades, para apoiar e complementar as estruturas de protecção civil com vista a dar uma resposta efectiva e eficaz à ocorrência de acidentes graves ou catástrofes;

**HIP 3** – Existe a possibilidade de introduzir alterações no emprego e coordenação, que permitam desenvolver mais profundamente as várias formas possíveis de cooperação institucional e a articulação funcional entre FFAA e a estrutura organizativa da protecção civil, de forma a tornar mais eficaz e eficiente a resposta a acidentes graves ou catástrofes.

#### **e. Metodologia e estrutura do documento**

O percurso metodológico seguido na elaboração do estudo incluiu a pesquisa bibliográfica e documental alusiva ao tema, recorrendo às bibliotecas do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) e do Instituto de Defesa Nacional (IDN), e a realização de entrevistas a detentores de cargos, militares e civis, com responsabilidade e experiência prática, passada ou actual, na área da cooperação das FFAA com a protecção civil, e que permitirão sustentar algumas propostas que defenderemos.

O trabalho está organizado em seis capítulos. A seguir à presente introdução, e no capítulo dois, iniciaremos a investigação definindo o actual enquadramento legislativo, normativo e conceptual nacional que regula a colaboração institucional e funcional entre as FFAA e os organismos de protecção civil, caracterizando as responsabilidades e limites de actuação de cada um dos sectores em análise. De seguida, e no terceiro capítulo, procuraremos identificar e analisar quais as capacidades das FFAA que poderão ser disponibilizadas para, quando solicitado, colaborar nas actividades de protecção civil, bem como exemplos práticos de cooperação já concretizados. Julgamos ter definido, neste ponto, qual o actual “Estado de Arte” relativo ao apoio a prestar pelas FFAA à protecção civil na resposta a situações de crise decorrentes de acidentes graves ou catástrofes.

De seguida, e no capítulo quatro, analisaremos brevemente exemplos de algumas FFAA europeias, quanto à sua estrutura organizativa e capacidades postas à disposição da protecção civil dos respectivos países. No capítulo cinco, propomo-nos apontar algumas linhas de acção estratégicas e propostas de alteração no emprego e coordenação de meios, com vista ao desenvolvimento sustentado de uma mais eficaz e eficiente cooperação entre as FFAA e a protecção civil, perspectivando uma melhor resposta a situações de crise decorrentes de acidentes graves ou catástrofes, tanto a nível institucional como funcional.

No capítulo final, e como corolário da nossa investigação, apresentaremos as conclusões do estudo através das quais visaremos responder à Questão Central e, assim, ao enunciado do trabalho de investigação.



Para melhor compreensão e como apoio a este trabalho, inclui-se no Apêndice I um Glossário de Conceitos que constituirá referência ao presente estudo.

## **2. Enquadramento legal, normativo e conceptual**

### **a. Quadro nacional**

O actual quadro legal e normativo nacional estabelece as responsabilidades e as fronteiras de actuação das FFAA no âmbito das missões de protecção civil, através do acervo legislativo composto pelos seguintes documentos:

#### **(1) Constituição da República Portuguesa**

De acordo com a 7.<sup>a</sup> revisão da CRP<sup>8</sup>, a política de defesa nacional tem por objectivos garantir “a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas” (CRP, 2005: Art.º 273.º, n.º 2), ao mesmo tempo que estabelece que “as Forças Armadas podem ser incumbidas, nos termos da lei, de colaborar em missões de protecção civil, em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações” (CRP, 2005: Art.º 275.º, n.º 6), o que salienta a grande importância que assume o apoio militar às autoridades civis.

#### **(2) Lei da Defesa Nacional**

A nova LDN, aprovada na generalidade na Assembleia da República (AR) e que se encontra agora em discussão na especialidade, estabelece como objectivo permanente da política de defesa nacional, assegurar “a segurança das populações, bem como os seus bens e a protecção do património nacional” (LDN, 2009: Art.º 5.º b)). E define ainda, no n.º 1.g) do seu artigo 24.º, que as FFAA “podem ser incumbidas, nos termos da lei, de colaborar em missões de protecção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações”.

Relativamente à “situação de crise”, ela surgia apenas referida por três vezes na anterior versão da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA), sem contudo ser caracterizada nos seus contornos, nem sendo expressas quais seriam as condições de emprego das FFAA. As referências surgiam nas responsabilidades do governo, em “situações de crise”, prever a possibilidade de mudar a capital do País para qualquer outro ponto do território nacional (Art.º 41.º); na competência dos diversos ministros politicamente responsáveis pela execução das componentes não militares da política da defesa nacional, sendo responsáveis por estudar e preparar a adaptação dos seus serviços

---

<sup>8</sup> Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto



em “situações de crise” (Art.º 45.º); e, nas competências atribuídas ao CEMGFA, constava a de exercer o comando das forças de segurança em “situações de crise” (Art.º 53.º).

Já na nova LDN (2009), o termo “situação de crise” não consta do seu articulado, tendo o legislador entendido que as situações ali aludidas caíam no âmbito das definições de “estados de excepção” (“sítio” ou “emergência”<sup>9</sup>), a ser declarado pelo Presidente da República, ouvido o Governo e mediante autorização da AR (Art.º 9.º, n.º 2. d)).

### **(3) Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas**

A nova LOBOFA, também em discussão na especialidade na AR, define, no n.º 1. g) do seu artigo 4.º, que incumbe às FFAA “colaborar em missões de protecção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações”, podendo ainda ser empregues quando “se verifique o estado de sítio ou de emergência” (LOBOFA, 2009: Art.º 4.º, n.º 2).

### **(4) Conceito Estratégico de Defesa Nacional e Conceito Estratégico Militar**

Também o CEDN, que veio adaptar, à realidade político-estratégica, os aspectos fundamentais da estratégia global do Estado visando a consecução dos objectivos da política de defesa nacional, e reflectindo os novos desafios no âmbito da segurança e defesa, preconiza que, para que o Estado e a comunidade possam ser protegidos, “a defesa militar deve articular-se com as componentes não militares da defesa nacional, nomeadamente o planeamento civil de emergência, de forma a permitir a utilização eficaz de meios próprios ou constituídos para tempos de crise, ou eventual conflito, e ainda para, em tempo de paz, participar na definição da segurança dos pontos estratégicos” (CEDN, 2003: Art.º 6.1.). Para lá de deverem ser definidos “quadros conceptuais e legais que permitam instituir um verdadeiro sistema nacional de gestão de crises” (CEDN, 2003: Art.º 6.6), estabelece que deve ser reforçado o “desenvolvimento do planeamento civil de emergência....que visa contribuir, em situação de crise.... para a protecção das populações, ...bem como à recuperação das estruturas do Estado com vista à reposição do seu normal funcionamento” (CEDN, 2003: Art.º 6.7). No que concerne às missões e capacidades das FFAA, e tendo presente os preceitos constitucionais, é preconizado que estas deverão ter capacidade para, sem prejuízo das missões de natureza intrinsecamente militar, “realizar outras missões de interesse público, nomeadamente busca e salvamento,... apoio à protecção civil e auxílio às populações em situação de catástrofe ou calamidade e, em colaboração com as autoridades competentes, contribuir para a protecção ambiental, defesa

<sup>9</sup> Pode ser declarado em caso de calamidade pública (Lei n.º 44/86 de 30 de Setembro, Lei do Regime de Estado de Sítio e do Estado de Emergência)





do património natural e prevenção dos incêndios” (CEDN, 2003: n.º 8.2).

Na sequência do CEDN, foi elaborado o Conceito Estratégico Militar (CEM), que desenvolve as orientações nele estabelecidas relativamente à componente militar da defesa nacional, em articulação com as directivas ministeriais de defesa militar, no sentido de garantir que o emprego da componente de força se mantém coerente com aqueles princípios condutores. Face à necessidade de antecipar acções para reduzir riscos latentes a ameaças, preconiza-se o aprofundamento da articulação “com as componentes não militares da defesa nacional, nos termos do estabelecido na Lei da Segurança Interna e no quadro do Sistema de Autoridade Marítima, envolvendo,... o planeamento civil de emergência e a protecção civil” (CEM, 2003: n.º 4. e.). Como nível de ambição, advoga-se que devam as FFAA “sem prejuízo das missões de natureza intrinsecamente militar, assegurar os meios necessários para o cumprimento das tarefas e a execução de operações no âmbito das missões de interesse público. (CEM, 2003: n.º 5. b.). Nas orientações específicas está previsto “prever o emprego da componente operacional do Sistema de Forças Nacional no quadro das missões de interesse público, para enfrentar ameaças e riscos no EEINP” e “prever a intervenção das Forças Armadas nos estados de excepção” (CEM, 2003: n.º 6. b. 6., 7.).

### **(5) Missões Específicas das Forças Armadas**

As MIFA 04<sup>10</sup>, no que concerne a “outras missões de interesse público”, definem duas missões específicas conjuntas para os três Ramos:

- MC 17 – Colaborar nas tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e melhoria da qualidade de vida das populações, bem como exercer as funções que cabem às Forças Armadas em caso de acidente grave, catástrofe e calamidade, em articulação com o planeamento civil de emergência. Inscrevem-se neste contexto, acções relacionadas com a protecção do ambiente, combate à poluição marítima e a intervenção, prevenção e rescaldo de incêndios florestais;
- MC 18 – Garantir o serviço de busca e salvamento, incluindo as missões que decorrem, para as Componentes Naval e Aérea, da satisfação dos compromissos internacionais do País.

### **(6) Programa do XVII Governo Constitucional (2005/2009)**

No programa do Governo, e no capítulo referente às missões das FFAA, estabelece-se que “devem continuar a executar missões de interesse público, designadamente de busca

---

<sup>10</sup> Definidas em Conselho Superior de Defesa Nacional, em 21 de Outubro de 2004, decorrem das orientações gerais do conceito de acção militar, do nível de ambição e das orientações específicas definidas no CEM



e salvamento, fiscalização marítima e de apoio às populações em especial na prevenção e combate aos fogos florestais e em situação de catástrofes naturais, de forma supletiva enquadrada e coordenada com os bombeiros e protecção civil” (Capítulo V, 2.4).

### **(7) Lei de Bases da Protecção Civil**

A Lei de Bases da Protecção Civil (LBPC), aprovada pela Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, dedica às FFAA um capítulo específico (Cap. VI), e define, no n.º 1. c) do artigo 46.º, que as FFAA são agentes de protecção civil, tal como as Autoridades Marítima e Aeronáutica (n.º 1. d)). Por seu turno, o artigo 52.º estabelece que as FFAA colaboram, no âmbito das suas missões específicas, em funções de protecção civil, definindo de seguida quais as entidades que podem solicitar a sua colaboração, formas de colaboração e condições do seu emprego.

A colaboração das FFAA pode revestir-se, pelo artigo 54.º, das seguintes formas:

a) Acções de prevenção, auxílio no combate e rescaldo em incêndios; b) reforço de pessoal civil nos campos da salubridade e da saúde, em especial na hospitalização e evacuação de feridos e doentes; c) acções de busca e salvamento; d) disponibilização de equipamentos e de apoio logístico para as operações; e) reabilitação de infra-estruturas; f) execução de reconhecimentos terrestres, aéreos e marítimos, e prestação de apoio em comunicações.

São ali também definidas as duas formas de apoio das FFAA (Art.º 58.º):

Apoio programado – É prestado de acordo com o previsto nos programas e planos de emergência previamente elaborados, após parecer favorável das FFAA, havendo, para tanto, um oficial de ligação integrado nos Centros de Coordenação Operacional (CCO);

Apoio não programado – É prestado de acordo com a disponibilidade e prioridade de emprego dos meios militares, cabendo ao EMGFA a determinação das possibilidades de apoio e a coordenação das acções a desenvolver em resposta às solicitações apresentadas.

Decorrente da LBPC são ainda constituídas Comissões Nacional, Distritais e Municipais de Protecção Civil – presididas, respectivamente, pelo Primeiro-Ministro, Governador Civil e Presidente da Câmara – que, entre outras funções, podem determinar a activação de planos de emergência.

### **(8) Autoridade Nacional de Protecção Civil**

De acordo com o Decreto-Lei n.º 75/2007 (Lei Orgânica da ANPC), de 25 de Março, no n.º 1 do seu artigo 2.º, a ANPC tem por missão “planear, coordenar e executar a política de protecção civil, sendo a entidade responsável por promover a elaboração de estudos e programas de prevenção, socorro e assistência às vítimas, bem como a





subsequente reabilitação das condições ambientais”. A ANPC deverá igualmente garantir a intervenção das FFAA quando a gravidade da situação assim o exigir, de acordo com a disponibilidade e prioridade de emprego dos meios militares, sempre enquadrada pelos respectivos comandos militares e legislação e planos específicos em vigor. A alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º estabelece ainda que os agentes de protecção civil têm o dever especial de colaborar com a ANPC.

### **(9) Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro**

Através do Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de Julho, foi criado o Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS), que visa responder a situações de iminência ou de ocorrência de acidente grave ou catástrofe (Art.º 1.º, n.º 2), e assegurar que todos os agentes de protecção civil actuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respectiva dependência hierárquica e funcional. O SIOPS é desenvolvido com base em estruturas de coordenação – os Centros de Coordenação Operacional, de âmbito nacional e distrital – onde se compatibilizam todas as instituições necessárias para fazer face a acidentes graves e catástrofes, e estruturas de comando operacional que, no âmbito das competências atribuídas à ANPC, agem perante a iminência, ou ocorrência, de acidentes graves ou catástrofes, em ligação com outras forças que dispõem de comando próprio. Este Sistema é um instrumento global e centralizado de coordenação e comando de operações de socorro, cuja execução compete a múltiplas entidades e não organicamente integradas na ANPC, mas que dependem, para efeitos operacionais, do SIOPS, estabelecendo um sistema de gestão de operações e dos postos de comando que clarifica competências e consolida a doutrina operacional.

Segundo o documento, e no que respeita às FFAA, elas só colocam elementos seus nos órgãos que asseguram a coordenação institucional – Centro de Coordenação Operacional Nacional (CCON) e Centros de Coordenação Operacional Distrital (CCOD) –, “desde que estejam empenhados nas operações de protecção e socorro, emergência e assistência” meios a elas solicitados (Art.º 3.º, n.º 3 e Art.º 4.º, n.º 3, respectivamente), pelo que só neste caso integram o SIOPS que, pelo contrário, inclui sempre representantes da Guarda Nacional Republicana (GNR), Polícia de Segurança Pública (PSP), Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), Instituto de Meteorologia, Direcção-Geral de Florestas e outras entidades.

Também no que se refere aos serviços de busca e salvamento marítimo e aéreo, é estabelecido que o CCON coordena as acções de todas as entidades da estrutura auxiliar do Sistema Nacional de Busca e Salvamento Marítimo (SNBSM) e articula-se com o Centro



de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo (*Maritime Rescue Coordination Center*, MRCC Lisboa), e com o Centro de Coordenação de Busca e Salvamento Aéreo (RCC Lisboa), sem prejuízo do disposto nos Decretos-Leis n.º 15/94, de 22 de Janeiro (Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Marítimo), n.º 44/2002, de 2 de Março (Lei Orgânica da Autoridade Marítima Nacional) e n.º 253/95, de 30 de Setembro (Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Aéreo).

#### **(10) Lei Orgânica do EMGFA**

Nos termos do n.º 3 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 48/93, de 26 de Fevereiro, compete à Divisão de Operações (DIOP) do EMGFA a responsabilidade primária pela colaboração e accionamento de estudos, planos e pareceres, bem como de projectos de directivas relacionadas com as condições de emprego de forças e meios afectos à componente operacional do sistema de forças nacionais no cumprimento de missões e tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações, inclusivamente em situações de calamidade pública que não justifiquem a suspensão do exercício de direitos.

#### **(11) Directiva Operacional n.º 10/CEMGFA/99 – Colaboração das FFAA em Acções de Protecção Civil**

Esta Directiva, cuja Alteração n.º 1 se encontra em processo final de revisão tendo em vista a adaptação à LBPC promulgada em 2006 e incluir, entre outras omissões, as equipas de reconhecimento NBQ e as especificidades das Regiões Autónomas – os riscos vulcânicos, sísmicos e consequentes operações de evacuação das populações para zonas seguras, eram ali omitidas – estabelece o quadro do empenhamento das FFAA em funções de protecção civil, na perspectiva da correcta utilização do potencial dos seus meios humanos e materiais para, com eficácia e oportunidade, poder contribuir para o sucesso de operações de protecção e socorro, bem como para operações de reabilitação de áreas afectadas por acidentes graves ou catástrofes, sem prejuízo das missões intrinsecamente militares. Conforme refere o seu parágrafo 3., as FFAA são empregues em funções de protecção civil e no âmbito das suas missões específicas, mediante autorização do CEMGFA, após solicitação da ANPC, através do seu Comando Operacional Conjunto (COC), decorrente de pedido do Comandante Operacional Nacional, dos Governadores Cíveis ou dos Presidentes das Câmara Municipais. Em caso de manifesta urgência – quando a gravidade e dimensão do acidente ou catástrofe, e a necessidade de actuação imediata não são compatíveis com o normal encaminhamento de pedido através da cadeia de comando – a autorização de actuação compete aos Comandantes das Unidades implantadas na área



afectada, quando solicitados para tal. Já nas Regiões Autónomas a autorização de actuação compete aos respectivos Comandantes Operacionais: Madeira (COM) e Açores (COA).

O documento estabelece ainda que as forças e os elementos militares são exclusivamente empregues sob a cadeia de comando das FFAA, sem prejuízo da necessária articulação com os comandos operacionais da estrutura de protecção civil.

A colaboração das FFAA pode revestir-se nas seguintes formas: (1) acções de prevenção, auxílio no combate e rescaldo em incêndios; (2) reforço do pessoal civil nos campos da salubridade e da saúde, em especial na hospitalização e evacuação de feridos e doentes; (3) acções de busca e salvamento; (4) disponibilização de equipamentos e de apoio logístico para as operações; (5) reabilitação de infraestruturas; (6) execução de reconhecimento terrestres, aéreos e marítimos, e prestação de apoio em comunicações

São igualmente ali referidas as tarefas comuns possíveis de realizar pelos três Ramos das FFAA no âmbito da protecção civil: a) apoio sanitário e, eventualmente, evacuação e hospitalização; b) apoio em comunicações; c) fornecimento de alimentação (eventualmente confecção) e distribuição de abastecimentos, nomeadamente água às populações; d) fornecimento de alojamento temporário na sua capacidade sobrança, com possibilidade de recurso a tendas de campanha; e) colaboração na preparação e implementação dos planos de emergência elaborados aos diferentes níveis (nacional, regional, distrital e municipal); f) colaboração na realização de exercícios de simulação e treino para operações de emergência; g) incremento da instrução e formação dos militares para funções específicas de protecção civil.

Quanto às tarefas específicas possíveis de realizar por cada Ramo no âmbito da protecção civil, elas serão mencionadas, mais à frente no estudo (capítulo três).

## **(12) Lei Orgânica do Exército**

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 61/2006, de 21 de Março, compete ao Exército cumprir missões de interesse público que lhe forem cometidas por lei. Também de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º, é ao Comando Operacional (COp) que, em tempo de paz e como principal comando da estrutura operacional do Exército, que compete planear e coordenar o emprego de força e meios em situações de calamidade pública e em outras missões de interesse público.

## **(13) Directiva CEMA n.º 005/2001 – Colaboração da Marinha em acções de protecção civil**

Esta Directiva, de 4 de Outubro de 2001, estabelece o quadro de actuação da Marinha no âmbito da colaboração das FFAA em missões de protecção civil, no domínio



de situações de emergência que ocorram em rios e albufeiras. Fixa os procedimentos a adoptar em relação ao planeamento, condução e execução das acções de protecção civil, identificando organismos e meios susceptíveis de serem envolvidos, definindo competências e condições de emprego em função das tarefas que possam ser atribuídas.

#### **(14) Sistema de Autoridade Marítima**

O Sistema de Autoridade Marítima (SAM), criado em 2002 pelo Decreto-Lei n.º 43/2002, de 2 de Março, exerce poder na área de jurisdição marítima nacional e assume um carácter de transversalidade, integrando todas as entidades, civis e militares, que exercem poderes de autoridade marítima. Nas suas atribuições constam, entre outras: a prevenção e combate à poluição; salvaguarda da vida humana no mar e salvamento marítimo; protecção civil com incidência no mar e na faixa litoral; e protecção da saúde pública (Art.º 6.º n.º 2).

No âmbito do SAM, o Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de Março (Lei Orgânica da Autoridade Marítima Nacional, AMN), define a estrutura, organização, funcionamento e competências da AMN e cria a Direcção-Geral de Autoridade Marítima (DGAM), definindo ainda as competências do Capitão de Porto, entre as quais consta a de dirigir operacionalmente, enquanto responsável de protecção civil, as acções decorrentes das competências que lhe estão legalmente cometidas, em cooperação com outras entidades e sem prejuízo das competências da tutela nacional da protecção civil (Art.º 13.º, n.º 2 c)); prestar auxílio e socorro a naufragos e embarcações, utilizando os recursos materiais da capitania ou requisitando-os a organismos públicos e particulares se tal for necessário; e superintender as acções de assistência e salvamento de banhistas nas praias da área da sua capitania (Art.º 13.º n.º 3).

O Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA) é, por inerência, a AMN. A colaboração da AMN será requerida através do MRCC ou dos seus órgãos locais, as Capitánias dos Portos (são 28, sendo seis nos Açores e duas no Arquipélago da Madeira).

#### **(15) Sistema de Autoridade Aeronáutica**

O Sistema de Autoridade Aeronáutica (SAA), cujo diploma de criação aguarda aprovação e publicação em decreto-lei, exerce a autoridade do Estado no EEINP e integra entidades, órgãos ou serviços, de nível central, regional ou local que, com funções de coordenação, executivas, consultivas ou policiais exercem poderes de autoridade aeronáutica. Nas suas atribuições constam, entre outras, a vigilância, fiscalização e patrulhamento marítimo por meios aéreos, e a segurança do espaço aéreo através do seu policiamento. O Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA) é, por inerência, a Autoridade Aeronáutica Nacional (AAN).



## **b. Síntese conclusiva**

O empenho e a participação das FFAA em acções de protecção civil encontram-se regulados por um quadro legislativo e normativo que sofreu, recentemente, diversas actualizações, incluindo a LBPC e o SIOPS, para lá da nova legislação estruturante da Defesa Nacional (LDN e LOBOFA). Estas alterações vieram clarificar – pelo menos, sob o ponto de vista conceptual – alguns dos mecanismos de cooperação, coordenação e articulação operacional entre as diversas entidades envolvidas, na perspectiva da mais correcta utilização do potencial de meios materiais e humanos existentes nas FFAA, por forma a contribuir para o sucesso de operações de protecção, socorro e reabilitação de áreas afectadas por acidentes graves ou catástrofes. Contudo, caso estes sejam de grande dimensão, o papel da intervenção das FFAA em acções de protecção civil não é realçado.

Assim, o preceituado pela CRP quanto à colaboração das FFAA em missões de protecção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações, encontra-se plasmado na LDN e LOBOFA, e é igualmente reflectido no CEDN, CEM e MIFA04, onde se preconiza a articulação entre as FFAA, o planeamento civil de emergência e a protecção civil.

Através da LBPC e do SIOPS, pretende-se atribuir competências, criar uma doutrina operacional e assegurar a coordenação sob um comando único, sem prejuízo da respectiva dependência hierárquica e funcional, e pela DIROP n.º 10/CEMGFA/99 estabelece-se o quadro de empenhamento das FFAA, encontrando-se assim suficientemente balizado o campo de actuação em acções de protecção civil, mantendo-se ainda aberta a sua utilização em caso de ocorrência de acidente grave ou catástrofe que, pela sua dimensão, obrigue ao recurso acrescido de meios materiais ou humanos.

Pelo acima exposto, considera-se respondida a QD 1 e confirmada a HIP 1.

## **3. Dispositivo e capacidades das FFAA para colaboração com a protecção civil**

### **a. Exército**

#### **(1) Tarefas Específicas**

Para lá das tarefas comuns referidas em 2.a.(11), o Exército desenvolve ainda as seguintes tarefas específicas nas áreas preferenciais de apoio possível, no âmbito da protecção civil<sup>11</sup>: (1) reconhecimento terrestre nas áreas florestais para a prevenção de incêndios, podendo tomar a forma de patrulhamento; (2) busca e salvamento terrestre; (3) evacuação terrestre de sinistrados e de populações afectadas; (4) trabalho indiferenciado

---

<sup>11</sup> DIROP n.º 10/CEMGFA/ 99



com pessoal não especializado, incluindo rescaldo de incêndios, montagem de acampamentos de emergência e acções de salubridade nas áreas de catástrofe; (5) apoio de engenharia militar (operações de rescaldo ou de reabilitação de infra-estruturas); (6) apoio em material e serviços diversos (material de aquartelamento, geradores, depósitos de água, desempenagem/reboque de viaturas).

## **(2) Dispositivo**

O Exército não tem no seu dispositivo estruturas específicas vocacionadas, em exclusivo, para intervir em acções de protecção civil. Mas tendo por base um conceito de “duplo uso”, tira proveito das capacidades instaladas para, em caso de situações particulares, prestar colaboração nesse âmbito.

São considerados três níveis específicos de intervenção, correspondendo a diferentes patamares de resposta:

### **(a) 1.º nível – Estrutura de Comando e Controlo**

O 1.º nível de intervenção encontra-se centrado no Comando Operacional (COP) e engloba os três Comandos de Brigada – Brigada Mecanizada (Santa Margarida), Brigada de Intervenção (sede em Coimbra) e Brigada de Reacção Rápida (Tancos) – e os Comandos de Zona (Madeira e Açores), e tem como unidades de linha os Regimentos, que respondem através das Unidades e Aquartelamentos.

Directamente dependente do COP está o comandante do Regimento de Engenharia n.º 1 (Pontinha), onde se concentra a unidade de primeira resposta em acções de protecção civil e que é, igualmente, a responsável em caso de necessidade de activar uma missão de resposta a catástrofes na Madeira ou Açores, agregando para tal módulos específicos de outras Forças de Apoio Geral.

O COP dispõe ainda de elementos de defesa biológica e química, tendo para tal um Centro de Defesa NBQ e Protecção Ambiental (CDNBQPA) com capacidade de defesa química e radiológica, o qual pode accionar meios de resposta contra contaminação química, ameaça terrorista, ataques com antrax ou outros.

### **(b) 2.º nível – Meios de resposta, utilizando Forças de Apoio Geral**

O 2.º nível de intervenção utiliza as Forças de Apoio Geral especialmente vocacionadas para o efeito, e divididas pelas seguintes áreas funcionais:

Engenharia Militar: Companhias de Engenharia de Apoio Geral (duas, localizadas respectivamente, em Espinho e na Pontinha) – com capacidade na área de construções verticais/horizontais, reconstruções, remoção de escombros, abertura de caminhos e valas; Companhia de Defesa NBQ (Escola Prática de Engenharia, Tancos) – dotada de





capacidade biológica, química e radiológica, e que efectua acções de descontaminação, reconhecimento e monitorização; Companhia de Pontes (Escola Prática de Engenharia, Tancos) – substituição de pontes para a travessia de cursos de água.

Transportes: Companhia de Transportes (integrada no Regimento de Transportes de Lisboa) – mobiliza o transporte de pessoas, equipamentos e cargas.

Saúde: Hospital de Campanha (situado no Regimento de Engenharia, Pontinha) – complementa eventuais necessidades do INEM ou outras, e é guarnecido, em termos humanos, à custa dos Hospitais Militares. É responsabilidade primária do Hospital Militar Principal.

Serviços: Companhia de Reabastecimento e Serviços (Escola Prática de Serviços, Póvoa de Varzim) – complementa e preenche lacunas em todas as áreas de socorro, nomeadamente no que respeita ao fornecimento de água potável, lavandaria, banhos, latrinas e mantimentos, como pão.

Comunicações: Companhia de Transmissões de Apoio (Escola Prática de Transmissões, Porto) – estabelece comunicações de ordem táctica e operacional.

Defesa biológica: Laboratório de Defesa Biológica (Lisboa) – com capacidade de fazer destacar pessoal para o terreno, a fim de integrarem equipas de reconhecimento. Elemento de Defesa Biológica e Química (ElemDefBQ), com um grau de prontidão de 2 a 72 horas, 365 dias por ano, constituído por um núcleo inicial de resposta com elevada prontidão, e que possui em *standby*, com menor grau de prontidão, um núcleo de capacidades para apoiar as acções deste núcleo inicial. O ElemDefBQ pode recorrer às valências dos seguintes organismos: O CDNBQPA, sediado no COP, para desenvolver o planeamento, coordenar a acção e controlar as diferentes actividades; meios da Companhia de Defesa NBQR, para actuar no terreno, efectuando reconhecimento, monitorizando, recolhendo amostras e efectuando descontaminação; meios do Hospital Cirúrgico Móvel, para prestar apoio médico-sanitário no terreno; meios do Laboratório de Defesa Biológica, para efectuar a análise das amostras recolhidas; meios da Polícia do Exército, para efectuar o controlo das zonas problemáticas; meios de Engenharia, para ajudar a descontaminação, remoção de escombros; meios de Transmissões, para estabelecer comunicações; equipas de Inactivação de Engenheiros Explosivos; e outros meios que se vierem a julgar oportunos.

O planeamento de emprego destes meios – cuja coordenação está residente no COP – é faseado, prevendo-se, numa 1.<sup>a</sup> fase, o emprego de meios ligeiros, transportáveis por helicóptero se necessário, essencialmente para realizar o reconhecimento e a recolha de amostras, e para efectuar a descontaminação local do pessoal interveniente.



Numa 2.<sup>a</sup> fase, actua o Laboratório de Defesa Biológica, para analisar e determinar a ameaça. Dependente do resultado desta fase, assim se moldará a 3.<sup>a</sup> fase, empenhando os meios da Companhia de Defesa NBQR, Hospital Cirúrgico Móvel, Engenharia, Transmissões, Polícia do Exército ou outros.

### **(c) 3.º nível – Prevenção, envolvendo toda a Estrutura de Base do Exército**

O 3.º nível de intervenção enquadra-se na prevenção de acidentes graves ou catástrofes, e envolve toda a Estrutura de Base do Exército (EBE).

Todas as Unidades têm uma área de responsabilidade atribuída (incluída também nos Planos VULCANO, LIRA e ALUVIÃO). A respectiva implementação, e o seu nível de prontidão, vão sendo accionados à medida que sobem os diferentes níveis de estados de alerta (situações de gravidade) declarados pela protecção civil.

### **(3) Planos de apoio do Exército**

Para lá da utilização diversificada das suas estruturas, em termos de apoio programado, o Exército tem meios seus envolvidos na implementação de quatro Planos, detalhados no Apêndice II: VULCANO (Apoio na prevenção e combate em primeira intervenção aos incêndios florestais), LIRA (Apoio no combate aos incêndios florestais), ALUVIÃO (Apoio em caso de eventuais situações de cheias) e CÉLULA (Apoio a incidentes biológicos e químicos em território nacional).

## **b. Marinha**

### **(1) Tarefas Específicas**

Para lá das tarefas comuns referidas em 2.a.(11), a Marinha desenvolve ainda as seguintes tarefas específicas nas áreas preferenciais de apoio possível, no âmbito da protecção civil<sup>12</sup>: (1) reconhecimento marítimo ou fluvial; (2) busca e salvamento marítimo (nos termos do Decreto-lei n.º 15/94, de 22 de Janeiro); (3) evacuação marítima ou fluvial de sinistrados e de populações afectadas; (4) trabalho indiferenciado com pessoal não especializado, designadamente em acidentes ocorridos na orla marítima; (5) cooperação em acções especializadas, nomeadamente em acidentes no meio marítimo ou fluvial.

No âmbito da satisfação das necessidades básicas das populações, enquadram-se principalmente as seguintes intervenções:

- (a) Acções relacionadas com a protecção da propriedade e do meio ambiente, na sequência de cheias de rios ou grandes inundações que ocorrem com alguma frequência em zonas do território nacional. Neste âmbito merecem destaque o

---

<sup>12</sup> DIROP n.º 10/CEMGFA/ 99





Plano TEJO, que define a intervenção da Marinha, em apoio à ANPC, em zonas afectadas por cheias no rio Tejo, com o objectivo de minimizar os efeitos sobre pessoas e bens, e o Plano de emergência de cheias do rio Douro;

- (b) Acções de vigilância destinadas a prevenir incêndios em zonas de maior risco, com destaque para o Plano CONVENTO, destinado à serra da Arrábida;
- (c) Apoio de interdição de área para *scooping* (reabastecimento de água por aeronaves pesadas de combate a incêndios);
- (d) A força-tarefa naval permanente da Marinha (PO TG) pode ser igualmente empregue se for necessário realizar intervenções de apoio humanitário no espaço do EEINP, em qualquer ponto da costa portuguesa, ou nos arquipélagos da Madeira ou Açores, em caso de acidente grave ou calamidade;
- (e) Socorro a náufragos e assistência a banhistas.

## **(2) Dispositivo**

Para o cumprimento destas tarefas são empregues meios do dispositivo da Marinha com o grau de prontidão das unidades que é anualmente estabelecido no Plano Anual de Utilização das Forças e Unidades Operacionais (PLANOP), para além daquelas que sejam, especificamente, atribuídas a cada acção. A Marinha dispõe, na sua organização, de duas estruturas operacionais especialmente vocacionadas para a busca e salvamento marítimo, o Comando Naval e a DGAM, cujo quadro de actuação se complementa e articula, tirando o melhor partido da sua estrutura organizativa e respectivos meios operacionais<sup>13</sup>.

O SNBSM funciona no âmbito da Marinha, é responsável pelas acções de busca e salvamento relativas a acidentes ocorridos em navios ou embarcações, e enquadrando-se na salvaguarda da vida humana no mar, inclui também acidentes relacionados com a queda de aeronaves no mar. Engloba o MRCC Lisboa, MRCC Delgada, *Maritime Rescue Coordination Subcenter* (MRSC) Funchal, Centro de Comunicações, estações e postos radionavais, navios SAR (“*Search and Rescue*”) e meios da FAP, e unidades de salvamento marítimo (incluindo estações e postos salva-vidas)<sup>14</sup>.

A Marinha mantém, em permanência, seis unidades navais com prontidão de duas

---

<sup>13</sup> Pelo despacho do ALM CEMA n.º 20/08, de 4 de Junho, foi criado o Centro de Operações da Marinha (COMAR), na dependência do Comandante Naval, cuja finalidade é o comando, controlo e coordenação de todas as acções conduzidas no mar, orla costeira e no Domínio Público Marítimo, no âmbito do poder da autoridade marítima do Estado nos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição nacional, das acções de busca e salvamento e das operações militares navais, e da sua articulação com os demais órgãos do EMGFA, dos Ramos e de outras entidades com competência de actuação nos espaços marítimos. Disponibiliza, em tempo real, toda a informação necessária ao Centro de Situação do ALM CEMA, tendo em vista a tomada de decisão em situações de crise ou conflito.

<sup>14</sup> Em 10 de Julho de 2007 foi assinado um Protocolo-quadro com as bases gerais de cooperação entre Marinha, FAP e ANPC em matéria de busca e salvamento (em Apêndice 4).



horas, no Continente, Madeira e Açores, além de um navio de reserva SAR com prontidão de 12 horas, e dispõe ainda de 29 estações salva-vidas. Disponibiliza ainda a diversas corporações de bombeiros, um total de 37 embarcações semi-rígidas e 94 botes.

Cada Departamento/Capitania actua de acordo com o Plano de Salvamento Marítimo que prepara para responder de forma rápida e eficaz às responsabilidades que lhes estão cometidas no âmbito da busca e salvamento marítimo. No espaço sob jurisdição da Autoridade Marítima, a responsabilidade inerente à protecção civil cabe aos serviços dependentes daquela autoridade, competindo-lhes por isso a coordenação local das acções de protecção civil.<sup>15</sup>

### **(3) Planos de intervenção da Marinha**

Para o caso de ocorrência de algumas situações específicas, a Marinha tem meios seus envolvidos na implementação de três Planos de intervenção<sup>16</sup> detalhados no Apêndice III: TEJO (Apoio em caso de ocorrências de cheias no rio Tejo), CONVENTO (Apoio na defesa florestal contra incêndios na serra da Arrábida) e MAR LIMPO (Plano de emergência para o combate à poluição das águas marinhas, portos, estuários e trechos navegáveis dos rios, por hidrocarbonetos e outras substâncias perigosas)<sup>17</sup>.

### **(4) Assistência Humanitária (Vila D'Ela / Exercícios DISTEX)**

Faz parte dos padrões de prontidão dos navios ter capacidades (“*skills*”) para prestar apoio às populações vítimas de acidentes graves ou catástrofes. Para tal, e sempre que os navios se encontram em período de treino operacional, é ministrada formação e treino às respectivas guarnições no âmbito da assistência humanitária, através da realização de exercícios DISTEX<sup>18</sup>. Particularmente e no que respeita às corvetas, antes de darem início às suas comissões nos Açores, voltam a efectuar estes DISTEX, como preparação para eventual colaboração em caso de ocorrência de sinistro grave.

A organização dos navios para os DISTEX é um bom exemplo do conceito de “Marinha de duplo uso”, pois ao surgir como necessidade de resposta a um desafio colocado às fragatas classe “Vasco da Gama” durante os *Operational Sea Training* (OST), realizados no Reino Unido, logo foi validado como requisito operacional, tirando partido da polivalência dos meios para promover sinergias entre vertentes distintas da sua actividade. Inicialmente restrito ao plano de empenho operacional das unidades

---

<sup>15</sup> Compete ao Capitão de Porto, na faixa litoral e domínio público hídrico sob jurisdição da AMN, assumir as funções de Comandante de Operações de Socorro (COS) no seu espaço de jurisdição, em articulação com o Comandante Distrital de Operações de Socorro, CDOS (DIROP 001/ANPC/2009, n.º 7. d. (1). (c))

<sup>16</sup> Directiva CEMA n.º 005/2001, de 4 de Outubro.

<sup>17</sup> Há registo de 1905 incidentes de derrames na área de jurisdição marítima nacional desde 1971.

<sup>18</sup> *Disaster Relief Exercise*



combatentes e depois como algo inerente às missões de natureza não militar, e face à descontinuidade territorial de Portugal e vulnerabilidade dos arquipélagos da Madeira e dos Açores a acidentes naturais.

Nesse sentido, foi criado na Escola de Tecnologias Navais – Departamento de Limitação de Avarias (ETNA-DLA), localizada no Alfeite, um Parque de Treinos de Assistência Humanitária e Medicina de Catástrofe constituído por um conjunto de infra-estruturas e simuladores, designado por “Vila D’Ela”, que pretende simular uma pequena vila que tenha sofrido uma catástrofe, com o objectivo de proporcionar o adequado treino das guarnições dos navios, para que estes possam, sempre que solicitados, prestar a adequada assistência humanitária a populações vítimas de acidente, visando uniformizar procedimentos entre a Marinha e a ANPC.

O recinto da “Vila D’Ela”, cujas valências são únicas no País, tem uma área de 4.500 m<sup>2</sup>, e é constituído pelas seguintes infra-estruturas e simuladores: a) Unidade de Busca e Salvamento Urbano (UBS), composta por dois edifícios com quatro níveis de piso, onde se pretende simular o abatimento de pavimentos e são treinadas operações de busca e salvamento urbano (USAR<sup>19</sup>) e reforços estruturais; b) Centro de Simulação Médica da Marinha (CSMM)<sup>20</sup>, dispondo de simuladores de suporte básico e suporte avançado de vida, possibilitando às equipas médicas dos navios praticarem Suporte Básico de Vida/Medicina de Catástrofe; c) diversos edifícios parcialmente destruídos simulando, entre outros, uma igreja, um restaurante e uma prisão; d) casa com um gerador que simula uma central eléctrica; e) vala grande com água, que visa testar a capacidade da guarnição, em construir uma ponte sobre o leito de uma ribeira; f) estradas, circuitos de incêndios, etc.

Durante um treino neste Parque torna-se possível treinar/avaliar cerca de trinta aptidões de uma guarnição neste âmbito, nomeadamente: recolha e compilação de informação dispersa, caracterização de zonas acidentadas e situações de emergência, remoção de pessoal imóvel, estabelecimento de planos de intervenção, definição de prioridades de acção, extinção de incêndios em espaços abertos e fechados, reparação de estruturas e avarias eléctricas, realização de operações USAR na unidade UBS, estabelecimento de cuidados de saúde primários e relações com a comunicação social.

### **(5) Procedimentos perante catástrofes**

A IGFLLOT 10 é a publicação que, na Marinha, rege as operações de busca e salvamento a populações sinistradas, e procura a uniformização de procedimentos perante

---

<sup>19</sup> *Urban Search and Rescue*

<sup>20</sup> Inaugurado em Fevereiro de 2009



uma catástrofe, numa tentativa de aproximação aos procedimentos adoptados por organizações e agentes da protecção civil nacionais e internacionais.

Em 1991, a Organização das Nações Unidas (ONU), por iniciativa das equipas internacionais de busca e salvamento que haviam trabalhado no sismo da Arménia em 1988 e, por forma a facilitar a participação internacional nas acções de socorro, decide constituir o *International Search and Rescue Advisory Group* (INSARAG), centrado na procura de uma maior eficiência ao nível da cooperação internacional, normalização de procedimentos das Equipas de Busca e Salvamento Urbano a trabalhar no terreno, e a melhor preparação na busca e salvamento em países de risco.

Para alcançar os objectivos atrás referidos, o INSARAG elaborou um documento denominado “*INSARAG Guidelines and Methodology*”<sup>21</sup>, com o objectivo de providenciar metodologia normalizada para países afectados por situações de ocorrência súbita que provoquem colapsos estruturais em larga escala, e também para as Equipas de Busca e Salvamento Urbano internacionais que respondam ao pedido de ajuda do país afectado.

Apesar das semelhanças existentes entre as estruturas organizativas definidas pela IGFLot 10 e pelo “*INSARAG Guidelines and Methodology*”, existem diferenças significativas de procedimentos (técnicas de escoramentos, marcação de zonas, sinalização, linguagem). A ETNA-DLA vai criar dois cursos para operações USAR baseados na doutrina INSARAG, um direccionado às Equipas de Salvamento Ligeiro (ESL) dos navios, e outro de Comando e Controlo. Estes cursos permitirão normalizar os procedimentos da Marinha com os do INSARAG para que, em situação real, as ESL de bordo sejam rendidas por organizações do tipo da ANPC em consonância com o normativo internacional.

Ainda nesta área de apoio às populações, importa referir a constituição de um Contentor de Ajuda Humanitária (cujo fiel depositário é a Esquadilha de Escoltas Oceânicos), destinado à intervenção e apoio em situação de catástrofe. O Contentor contém material de salvamento (incluindo combate a incêndios), assistência pré-hospitalar, suporte técnico (busca e localização de vítimas, equipamento especializado em estruturas e produtor de energia), comunicações e suporte logístico (alimentação e alojamento)

### **c. Força Aérea**

#### **(1) Tarefas Específicas**

Para lá das tarefas comuns referidas em 2.a.(11), a Força Aérea (FAP) desenvolve ainda as seguintes tarefas específicas nas seguintes áreas preferenciais de apoio possível,

---

<sup>21</sup> Última versão é de Julho de 2006.



no âmbito da protecção civil<sup>22</sup>: (1) reconhecimento aéreo; (2) busca e salvamento aéreo (nos termos do Decreto-lei n.º 253/95, de 30 de Setembro); (3) evacuação aérea de sinistrados e de populações afectadas; (4) transporte aéreo para apoio a populações afectadas; (5) apoio em material e equipamento diverso, incluindo viaturas e geradores.

## **(2) Dispositivo**

Através da NEP/OPS-045 (COFA, 15JUN05) são definidas as normas para o planeamento, accionamento e execução de operações de aeronaves da FAP em missões de interesse público que, neste âmbito, são consideradas como uma extensão da capacidade militar com vista à sua aplicação no meio civil, não correspondendo, assim, a modos de operação diferenciados daqueles previstos para as missões militares atribuídas à FAP.

O planeamento deste tipo de missões de interesse público é uma responsabilidade partilhada entre o Comando Operacional da Força Aérea (COFA) e a Unidade Aérea executante. Ao COFA – a quem cabe planear, dirigir e controlar a prontidão dos sistemas de armas, a actividade aérea e a defesa aérea do espaço nacional – compete o comando e controlo das acções aéreas, a coordenação com a entidade requerente e a compilação e divulgação da informação necessária à sua execução. À Unidade Aérea competirá a preparação, planeamento e execução adequada da missão face ao requerido.

Nestas missões aplicam-se as tácticas e procedimentos previstos nos manuais em vigor na FAP e nas publicações NATO ratificadas para missões equivalentes ou análogas, bem como os mínimos meteorológicos e as regras da Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO) em vigor para cada tipo de espaço aéreo a utilizar. No caso de situações de emergência ou de apoio a catástrofes, as operações directamente relacionadas com a situação são consideradas prioritárias e o Piloto Comandante pode requerer à entidade de controlo de espaço aéreo aplicável, a alteração de qualquer regra ou áreas temporárias de utilização exclusiva.

Com base no tempo disponível para responder a uma solicitação, as missões poderão ser pré-planeadas (as que, pela sua natureza, tempo disponível, características da carga ou dos locais de operação, permitem planeamento e preparação adicional) ou de acção imediata (com recurso a meios em alerta, não requerendo preparação ou planeamento elaborado, ou para além do previsto para os alertas considerados nas ordens permanentes de missão).

Para efeitos de missões de interesse público são consideradas as seguintes missões como equivalentes da missão militar: (a) Transporte de Evacuados (TEVS): Destinam-se

---

<sup>22</sup> DIROP n.º 10/CEMGFA/ 99



ao transporte de doentes entre locais, classificando-se como evacuação primária se a origem for o local do acidente, ou como evacuação secundária se ocorrer entre facilidades hospitalares. Recebem a designação de MEDEVAC (com acompanhamento médico) ou CASEVAC (sem equipa médica)<sup>23</sup>; (b) Busca e Salvamento (SAR): Destinam-se à recuperação/remoção de pessoas em situação de perigo, estando enquadradas no SNBSA e podendo ocorrer em terra, no mar ou outras superfícies de água<sup>24</sup>; (c) Transporte Geral (TGER): Destinam-se ao transporte de pessoas ou carga em benefício do interesse público; (d) Transporte Especial (TESP): Destinam-se ao transporte de pessoas ou carga com características especiais quanto à carga, locais ou tipo de operação, nomeadamente transporte de órgãos<sup>25</sup> e acções de colocação ou remoção de pessoal em situações especiais (protecção civil, bombeiros ou similares); (e) Missões especiais (DESP): Destinam-se a satisfazer necessidades particulares devido à especificidade do meio a utilizar, da característica especial da carga ou dos locais a sobrevoar ou operar, nomeadamente em situações em que os operadores civis não possam satisfazer o pedido; (f) Observação, Reconhecimento ou Vigilância (RVIS, RFOT): Destinam-se à recolha de informação sobre um objectivo ou acontecimento por recurso a meios militares, nomeadamente a vigilância de áreas florestais para prevenção de incêndios e o acompanhamento de derrames. A recolha pode incluir o embarque de pessoal civil e/ou militar adicional.

Incluído ainda no apoio não programado da FAP, regista-se a disponibilização de helicópteros Alouette III com a missão de efectuar a coordenação no ar das operações – embarcando para tal um coordenador aéreo pertencente à ANPC –, em caso da existência de diversos meios aéreos envolvidos no combate a incêndios florestais – mesmo não se encontrando integrados directamente nessas acções.

As Unidades e Bases da FAP são ainda postas à disposição para fornecerem apoio logístico e operacional às aeronaves e outros meios ao serviço da ANPC empenhados no combate a incêndios, nomeadamente no que respeita a alimentação e alojamento das respectivas tripulações.

### **(3) Plano de activação de equipas de reconhecimento NBQ**

As crescentes preocupações com ameaças de utilização de agentes contaminantes no território nacional levaram a que as FFAA, por determinação superior, activassem

---

<sup>23</sup> Segundo números oficiais da FAP, no ano de 2008 foram realizadas 600 horas de voo para este tipo de missões, tendo sido transportados 325 doentes.

<sup>24</sup> O dispositivo existente na FAP afecto à busca e salvamento é composto por: um EH-101 e um P3P (BA6 Montijo); um EH-101 (Porto Santo); um EH-101 e um C212 (BA4 Lajes), com prontidão de 30/45 minutos

<sup>25</sup> Segundo números oficiais da FAP, foram transportados 14 órgãos durante 2008.





equipas de reconhecimento NBQ por forma a que, perante um qualquer indício de ocorrência desta natureza, seja possível uma rápida identificação do agente. A ANPC coordena as acções a desenvolver face ao registo de incidente NBQ, nomeadamente a recolha, análise e difusão de informação e activação dessas equipas NBQ das FFAA. Estas responsabilidades de reconhecimento são asseguradas pelo Exército (três equipas) e FAP (uma equipa), em regime de rotatividade, coordenado pelo COC-EMGFA, por períodos de sete dias, efectuando-se a rendição automática pelas 09H00 de segunda-feira.

A FAP participa neste esforço com uma equipa chefiada por elementos da Secção de Treino de Defesa NBQ do Centro de Treino e Sobrevivência da FAP. A capacidade de detecção desta equipa é limitada a radiação, agentes químicos neurotóxicos e dermatóxicos, e fontes de radiação de baixa intensidade, sendo nula a capacidade de detecção de agentes biológicos. Após o accionamento do alerta por parte do COC-EMGFA, o tempo máximo de aprontamento para o módulo é de duas horas.

#### **(4) Protocolos**

A FAP tem estabelecido uma série de Protocolos com diversas entidades para a utilização dos seus meios aéreos em missões de interesse público, detalhados no Apêndice 4: com o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) para evacuação sanitária de doentes e acidentados; com o Governo Regional dos Açores para evacuações aéreas médicas de emergência; e com as bases gerais de cooperação com a Marinha e a ANPC em matéria de busca e salvamento.

#### **d. Comando Operacional dos Açores**

A Região Autónoma dos Açores, caracterizada pela descontinuidade geográfica aliada a uma fenomenologia característica, corresponde a uma conjuntura muito própria em matéria de intervenção em acções de protecção civil, obrigando muitas vezes ao apoio concertado entre meios próprios dos três Ramos, numa correcta lógica conjunta.

Em Setembro de 2007, o COA iniciou um trabalho profundo de estudo de situação sobre as nove ilhas do Arquipélago, cuja finalidade foi dotar o seu Estado-Maior com uma base de dados suficientemente detalhada sobre todos os pontos e áreas sensíveis com interesse militar e permitir um conhecimento real do terreno, por forma a poder preparar, e prever, as situações onde melhor possa apoiar as populações e a protecção civil.

Para além dos objectivos inicialmente traçados, este trabalho permitiu desenvolver um conjunto de mecanismos que possibilitaram a integração da informação recolhida num Sistema de Informação Geográfica. Foram ainda estabelecidos contactos com entidades e organismos locais, tendo o vasto conjunto de informação recolhida permitido elaborar



diversos Planos de Emergência municipais: Vila do Porto, Ribeira Grande, Lagoa, Angra do Heroísmo e Praia da Vitória.

Fruto de experiências decorrentes de situações reais, lições aprendidas em exercícios e de contactos com responsáveis do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA) – que apontam para o estreitar de ligações institucionais com as FFAA, por forma a agilizar procedimentos e a interoperabilidade das comunicações – o COA, para melhor articular os meios em operações de apoio à protecção civil em caso de acidente grave ou catástrofe, que possam vir a ocorrer na Região e nas quais se prevê a colaboração das FFAA, entendeu necessário proceder, em 2009, à elaboração do Plano de Contingência FÉNIX XXI, a fim de colmatar as lacunas detectadas.

O Plano FÉNIX XXI assenta em três pilares: 1) Graus de prontidão – seis, de Alfa (situação normal) a Foxtrot (actuação em pleno), variando em termos de tempo de resposta e percentagem de forças envolvidas; 2) Criação de um oficial de ligação ao Centro de Operações Avançado (COPAV) da protecção civil no teatro de operações; 3) Criação de uma “Área Atribuída de Missão”, com um coordenador, contígua à Zona de Concentração de Reservas (ZCR) da protecção civil.

O COA utiliza meios humanos e materiais dos Regimentos de Guarnição n.º 1 (Angra do Heroísmo) e n.º 2 (Ponta Delgada), que permitem assegurar equipas de busca, salvamento e remoção de escombros, para lá do apoio logístico (alojamento, alimentação e tratamento sanitário) disponibilizado pelos Comandos de Zona Marítima, Aérea e Militar.

#### **e. Comando Operacional da Madeira**

Também a Região Autónoma da Madeira corresponde a uma conjuntura muito própria em matéria de intervenção em acções de protecção civil, obrigando à necessidade do apoio concertado entre meios pertencentes aos três Ramos.

Fruto de experiências decorrentes de situações reais e exercícios, constata-se que a interligação entre o COM e o Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros da Madeira (SRPCBM) funciona sem problemas, em especial em termos de comunicações, através do Sistema Integrado de Comunicações de Segurança, Emergência e Defesa da Madeira (SICOSEDMA), que é uma importante mais-valia nas acções de protecção civil na Região.

Encontram-se em fase de elaboração Planos de contingência para a actuação de meios das FFAA em operações de apoio à protecção civil, em caso de acidente grave ou catástrofe que possam vir a ali ocorrer.

O COM recorre a meios do Regimento de Guarnição n.º 3 (Funchal), que se articulam em equipas de busca, salvamento, segurança, remoção de escombros e limpeza





de estradas, para lá do apoio logístico (alojamento, alimentação e tratamento sanitário) disponibilizado pelos Comandos de Zona Marítima, Aérea e Militar.

#### **f. Síntese conclusiva**

Enquanto agentes da protecção civil, as FFAA, com o seu potencial de meios materiais e humanos, além da experiência acumulada, acrescentam valor à estrutura de protecção civil, e para tal deverão planear e estarem preparadas para, quando solicitado, colaborarem em actividades no seu âmbito, tendo como objectivo a utilização racional e partilhada das respectivas capacidades, sem comprometer as suas missões essenciais.

Mesmo não possuindo estruturas especificamente criadas para o efeito nos seus Ramos, o dispositivo posto em prática e as capacidades instaladas das FFAA amplamente acima descritas, conseguem dar uma resposta cabal a situações de acidente grave ou catástrofe, incluindo os diversos Planos de contingência e vários Protocolos estabelecidos, que balizam e enquadram a actuação planeada e participação das FFAA. Estas têm capacidades únicas para apoiar/complementar os organismos de protecção civil, em especial, nas áreas de: engenharia militar; defesa NBQ; comunicações; apoio no combate a incêndios florestais; apoio em situações de cheias; busca, salvamento e reconhecimento marítimos e aéreos; evacuação de sinistrados e transporte aéreo de populações; apoio logístico de operações; e sistemas de informação geográfica.

Contudo, e dada a configuração arquipelágica do EEINP, importa garantir a exploração da profundidade e da liberdade de acção que o espaço marítimo interterritorial proporciona, em especial no apoio a eventuais sinistros ocorridos na Madeira ou Açores. Neste âmbito, ressalta a elevada conveniência de edificação da capacidade de projecção de força que permita assegurar, a partir do mar, o apoio logístico/sanitário a forças/unidades no mar e em terra, apoio humanitário em situações de emergência, evacuações em terra no caso de sinistros graves, através de meios que proporcionem mobilidade estratégica por via marítima e capacidade de desembarque de forças.

Daqui surge a necessidade de dotar a Marinha de um Navio Polivalente Logístico (NAVPOL)<sup>26</sup>, com capacidade de comando e controlo para membros da protecção civil, meios orgânicos de desembarque (tipo lanchas) e helicópteros, meios de apoio médico-sanitário (constituindo-se como um “Primary Casualty Receiving and Treatment Ship”)<sup>27</sup>, e que permita efectuar o transporte de forças e meios militares, efectuar missões de

---

<sup>26</sup> Deverá ser assinado em 2009 o respectivo contrato de construção, que decorrerá nos estaleiros Navais de Viana do Castelo, prevendo-se um prazo de execução de 42 meses.

<sup>27</sup> Conforme a Instrução Operacional da Armada IOA 607.



interesse público no apoio a situações de acidente grave ou catástrofe, e participar em missões de protecção e evacuação de cidadãos nacionais em território estrangeiro.

Assim, considera-se respondida a QD 2 e confirmada parcialmente a HIP 2.

#### **4. Exemplos de colaboração de FFAA europeias no âmbito da protecção civil**

Como termo de comparação e para se obter uma ideia das formas de intervenção de outras FFAA em missões de protecção civil, analisaremos de seguida o exemplo dos dois países europeus que mais perto se encontram de nós: Espanha e França.

##### **a. Espanha**

Pela Lei de Defesa Nacional (Lei Orgânica 5/2005, de 17 de Novembro), são consignadas às FFAA missões no sentido de “preservar a segurança e o bem-estar das populações em situações de emergência, risco grave ou catástrofe”, perante a crescente exigência da sociedade espanhola para ser dada resposta rápida, enérgica e eficaz, por parte do Estado, a essas situações de crise, e pelo reconhecimento de que as FFAA reúnem características que as tornam singularmente aptas para reagir perante este tipo de situações.

##### **(1) *Unidad Militar de Emergencias***

Pretendendo colocar-se na vanguarda para enfrentar situações de emergência, e oferecer resposta adequada a esse tipo de situações, por decisão do Conselho de Ministros, de 7 de Outubro de 2005, foi criada, no âmbito do Ministério da Defesa, a *Unidad Militar de Emergencias* (UME), força conjunta das FFAA chefiada por um oficial general, com 4.000 efectivos, tendo a missão de intervir em qualquer ponto do território espanhol, por decisão do Presidente do Governo (equivalente a Primeiro-Ministro), concentrando meios e dispondo de pessoal altamente qualificado e disponível permanentemente, contribuindo para a segurança dos cidadãos em caso de acidente grave ou calamidade<sup>28</sup>.

##### **(2) *Intervenção / Estrutura orgânica***

A actuação da UME é efectuada em coordenação e colaboração com as autoridades locais, sendo estabelecidos acordos com as Comunidades Autónomicas para fixar os procedimentos com vista à sua participação em cada Comunidade. A sua intervenção, regida por decreto-real e protocolo, poderá ser ordenada quando ocorram as seguintes situações de emergência: a) inundações, sismos, deslizamentos de terra, grandes nevões e outros fenómenos meteorológicos de grande magnitude; b) incêndios florestais; c) acidentes químico, nuclear, radiológico e biológico; d) consequências de atentados afectando infra-estruturas críticas; e) contaminações do meio ambiente. Salvo situações

---

<sup>28</sup> A UME foi dotada de um orçamento de 184 M€ para o ano de 2008.



excepcionais, está excluída a sua participação em acções de emergência no mar.

A UME constitui-se como comando conjunto da estrutura operacional das FFAA e a sua estrutura orgânica é constituída por: a) Comando e Quartel-General (Base Aérea de Torrejón, Madrid); b) Unidade de Apoio ao Quartel-General; c) Agrupamento de meios aéreos (AGRUMEDA); d) cinco Batalhões de Intervenção em Emergência, BIEM (Madrid, Sevilha, Valência, Zaragoza e León); e) Regimento de Apoio em Emergências.

O BIEM<sup>29</sup> é a unidade fundamental de emprego da UME. Na sua zona de actuação, cada BIEM é responsável por atender a todo o tipo de emergência e dispõe de uma unidade de alerta de 1.ª urgência, com prontidão até uma hora após activação do alerta. No Verão, e perante o risco de incêndios, existe um alerta geral prévio que permite pré-posicionar equipas nas proximidades de eventuais zonas de acção.

O AGRUMEDA é uma unidade de aviões anfíbios e helicópteros, para luta contra incêndios florestais, transporte de pessoal e material, salvamento, resgate e evacuação sanitária, sendo os seus meios divididos por seis destacamentos, distribuídos pelo território espanhol. O grupo de hidroaviões (total de 24) e o batalhão de helicópteros (19), dependem operacionalmente do Chefe da UME, mas aquele mantém-se organicamente na Força Aérea e este no Exército, que asseguram a respectiva operacionalidade.

### **(3) Capacidades**

Este conjunto alargado de meios confere à UME as seguintes capacidades: a) realizar 30 acções simultâneas de combate a incêndios florestais; b) efectuar 14 actuações simultâneas de resgate de 300 pessoas em inundações; c) 18 equipas de cães e 24 equipas de desencarceramento para resgate em sismo ou avalanche; d) extracção de água e lodos em 24 pontos, num total de 36.000 metros cúbicos por hora; e) construção de 6 pontes de 42 metros de extensão em 48 horas; f) 40 equipas simultâneas de mergulho de recuperação; g) reconhecimento nuclear, químico e radiológico em 6 pontos simultâneos; h) 2 equipas de descontaminação nuclear, química e radiológica a 30 pessoas por hora, por equipa.

### **b. França**

#### **(1) *Formations Militaires de Sécurité Civile***

Em 1968 foram criadas as denominadas *Formations Militaires de Sécurité Civile*, que são unidades essencialmente de Engenharia do Exército, colocadas sob o comando de

---

<sup>29</sup> Cada BIEM dispõe dos seguintes meios: 4 auto-bombas todo-o-terreno (TT), 3 ambulâncias, 4 veículos de reconhecimento de áreas contaminadas, 30 veículos ligeiros TT, 50 camiões de transporte, 18 motos TT, 13 veículos de abastecimento de água e combustível. Possui ainda 20 máquinas para movimentar terras, 30 equipas de abate de árvores, 10 embarcações ligeiras, 60 equipas de mergulho, 10 equipas limpa-neves, equipas para detecção e reconhecimento de substâncias biológicas, químicas e radiológicas, estações de descontaminação para pessoas, material e veículos, e uma equipa para tratamento de águas contaminadas.



um oficial general, assistente militar do Director da Defesa e Segurança Civil, e postas à disposição do Ministério do Interior, para protecção das populações em caso de emergência. Em 1988 é criado o *Commandement des Formations Militaires de Sécurité Civile* (ComForMiSC), situado em Asnières-sur-Seine, que dispõe de três Unidades de Instrução e Intervenção de Segurança Civil (UIISC) – n.º 1, em Nogent-le-Rotrou (Eure e Loire); n.º 5, em Corté (Córsega); e n.º 7, em Brignoles (Var).

Em França, o socorro de proximidade é assegurado por 23.300 bombeiros sapadores profissionais, 198.000 voluntários, 9.000 militares da brigada dos bombeiros sapadores de Paris e o batalhão de marinheiros-bombeiros de Marselha. Estes meios intervêm em reforço dos meios das autarquias e sob a responsabilidade das autoridades locais. Quando um sinistro excede as possibilidades do departamento, o prefeito recorre aos meios da zona de defesa, geridos pelo centro inter-regional de coordenação operacional da segurança civil. Se estes meios se revelarem insuficientes, os reforços nacionais são empenhados pela Direcção da Defesa e Segurança Civil, e postos à disposição do comandante das operações de socorro. As ordens de compromisso são transmitidas às três UIISC do ComForMiSC, que participa na concepção do plano de reforço dos socorros.

## **(2) Dispositivo / Missões**

O ComForMiSC dispõe de 1.500 efectivos com um elevado nível de prontidão, já que cada Unidade mantém aproximadamente um quarto do seu pessoal em alerta de uma hora, além de possuir uma célula de vigilância “24 sobre 24”. AS UIISC são unidades de reforço, altamente qualificadas e sem competência territorial, pois são capazes de intervir em qualquer ponto do território francês ou no estrangeiro. Não têm meios aéreos atribuídos, mas possuem uma elevada capacidade de serem projectadas por via aérea.

Apesar de, tecnicamente, serem capazes de dar resposta a qualquer acidente ou catástrofe, a sua organização, treino, formação e material, fazem-nas particularmente aptas para o combate a incêndios florestais, busca e resgate de pessoas presas em desmoronamentos causados por sismos ou outras causas, salvamento de pessoas afectadas por inundações e ajuda humanitária. Possuem ainda capacidade para intervir em casos de contaminação nuclear, radiológica, química e, em menor grau, biológica.

Têm igualmente como missão: a) instrução em matéria de defesa civil e segurança civil do pessoal que realiza o serviço militar activo; b) treino e aperfeiçoamento do pessoal de reserva afecto às formações do corpo de defesa, designadas pelo ministro do Interior; c) reforço em destacamentos constituídos dos meios de socorros territoriais para a execução



das tarefas de defesa e de segurança civil; d) intervenção no território nacional ou no estrangeiro para responder às catástrofes de qualquer natureza.

Outras missões específicas consignadas são: a) prevenção dos incêndios de florestas e limpezas de mato em zonas sensíveis do sudeste mediterrânico; b) estudo de novas técnicas de combate no domínio do socorro; c) apoio em pessoal da direcção da defesa e segurança civil e os centros inter-regionais de coordenação da segurança civil.

### **(3) Meios / Destacamentos especializados**

As UIISC do ComForMiSC são equipadas com mais de 400 veículos de todos os tipos; 15 ambulâncias; 80 veículos de luta contra incêndio; sete equipamentos de engenharia; um espectrómetro de massa; equipamentos para busca e salvamento, inundações, intervenção tecnológica, tratamento de água e hospitalização.

Cada Unidade está em condições de intervir no território metropolitano para missões tradicionais de assistência às populações (fogos de florestas, inundações, tempestades). No intuito de responder com meios adaptados a catástrofes afastadas ou de uma amplitude específica, a Direcção da Defesa e Segurança Civil levanta destacamentos especializados adaptados aos riscos, em certos domínios específicos:

Destacamento de Intervenção em Catástrofe Aero-móvel (DICA), destina-se a intervir no local de ocorrência de sismo ou desmoronamento de edifícios. Os seus 60 homens, especializados na busca e salvamento e no tratamento de emergência das vítimas, são frequentemente chamados em missões ao estrangeiro onde as suas competências são reconhecidas. Dois DICA encontram-se em alerta permanente, na UIISC 1 e UIISC 7;

Destacamento de Apoio Médico e Hospitalização (DAMHo), levantado pela UIISC 7, opera com um destacamento de apoio cirúrgico e assegura os tratamentos de pré e pós-operação, formando o Elemento de Segurança Civil de Rápida Intervenção Médica. Pode ser empenhado para executar cuidados médicos de emergência aos feridos e eventualmente de assegurar a sua hospitalização durante 48 horas;

Destacamento de Intervenção Tecnológica (DITO), dotado de pessoal com formação específica, para dar resposta rápida e com meios especializados, a acidentes tecnológicos ou atentados nos quais são implicados produtos químicos ou radioactivos. Assegura a avaliação dos riscos, demarcação de zona, intervenção em ambiente contaminado, e controlo e descontaminação dos intervenientes;

Destacamentos de Tratamento de Água, no caso de poluição das redes de água, as UIISC estão em condições de produzir, armazenar e distribuir a água potável ou sanitária.



Os equipamentos disponíveis permitem tratar água salobras e/ou salgadas.

Unidade Móvel de Descontaminação Pré-hospitalar (UMDPH), pode ser mobilizada em algumas horas e encaminhada por estrada, via ferroviária ou aérea. No caso de contaminação por produtos tóxicos ou elementos radioactivos, pode ser projectada em todo o território como reforço dos socorros locais. Possui uma tenda de 60 m<sup>2</sup> insuflável e no seu interior, as pessoas aleijadas e contaminadas são assistidas pela equipa médica e seguidamente descontaminados, sendo posteriormente hospitalizadas.

### **c. Síntese conclusiva**

Reconhecendo as características singulares de que se revestem as FFAA, pois o seu funcionamento, organização e valores, conformes aos princípios de unidade, disciplina e hierarquia, asseguram níveis de coordenação, comando e controlo, imprescindíveis em situações de emergência, além de que as suas capacidades de rápida deslocação no terreno, concentração de meios e realização de transportes massivos, as dotam de condições ideais para prestar este valioso serviço à sociedade, amortizando os efeitos dessas situações e infundindo confiança nas populações civis, os dois países analisados criaram unidades especializadas das FFAA, dedicadas exclusivamente a missões de apoio à protecção civil.

Para lá do caso singular da UME, cuja criação teve em vista complementar a actuação das diferentes protecções civis autonómicas espanholas, originando uma estrutura de coordenação nacional militar e supranacional, passível de poder resolver algumas dificuldades de entendimento existentes entre as diferentes Comunidades Autonómicas, para lá de representar, claramente, um instrumento da afirmação estratégica de Espanha no contexto europeu<sup>30</sup>, os dois exemplos distinguem-se por possuírem valências específicas e recursos humanos altamente qualificados e treinados – em especial nas áreas de combate a incêndios, actuação em inundações e sismos, engenharia militar e acções NBQ – o que, acrescentado aos elevados padrões de prontidão, lhes conferem um papel essencial, complementando a protecção civil em situações de emergência e defesa das populações.<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup> Através do Mecanismo Comunitário de Protecção Civil – instituído em 2001 pelo Conselho da União Europeia, formado pelos 27 Estados-Membros mais Islândia, Liechtenstein e Noruega, e que tem como objectivo facilitar uma cooperação reforçada no quadro das intervenções de socorro da protecção civil em situações, ou iminência, de grave emergência – foram enviados aviões à Grécia (JUN07) e Itália (JUL07), a fim de contribuir para o combate a extensos incêndios florestais.

<sup>31</sup> Em Portugal, com o intuito de complementar e colmatar algumas deficiências sentidas na actuação dos bombeiros voluntários, foram criadas: a) Forças Especiais de Bombeiros, designadas por “Canarinhos”, em 2005, na dependência da ANPC, com um total de 240 elementos e que cobrem sete distritos (Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Santarém, Setúbal, Beja e Évora); b) Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro (GIPS) da GNR, em 2006, com um total de 645 homens e responsável pelos restantes 11 distritos continentais. Encontram-se estacionados nos diversos Centros de Meios de Aéreos, e são responsáveis por realizar o ataque inicial aos incêndios florestais, sendo heli-transportados para o teatro de operações a fim de efectuar o combate inicial ao fogo. O GIPS possui ainda valências nas áreas de Busca e Resgate de





## **5. Estratégia e linhas de acção para uma mais eficaz e eficiente cooperação entre FFAA e protecção civil**

Nos capítulos anteriores caracterizámos o enquadramento legal, normativo e conceptual da cooperação das FFAA em apoio à protecção civil, e seguidamente procurámos identificar o dispositivo e as capacidades que as FFAA têm à sua disposição para essas missões. Tendo em vista alguns exemplos da estrutura organizativa adoptada por algumas FFAA de países estrangeiros para fazer face a este tipo de situações, procuraremos no presente capítulo, e recorrendo ao método de análise SWOT<sup>32</sup>, identificar uma estratégia e linhas de acção que sustentem uma mais eficaz e eficiente cooperação entre FFAA e os organismos de protecção civil, que nos permitirá responder à **QD 3**, procurar validar a **HIP 3** e, em conclusão, obter uma resposta à **QC** deste TII.

### **a. Breve descrição do método SWOT**

O método de análise que iremos utilizar consiste na observação do ambiente interno e do externo, procurando extrair, do primeiro, as Potencialidades (P) e Vulnerabilidades (V) que lhe são inerentes, e do segundo, as Oportunidades (O) e as Ameaças (A) que lhe estão associadas. Uma vez identificados, estes factores contribuem para definir linhas de acção estratégica da organização em análise (Hunger et al., 1993: 12).

A análise do ambiente interno consiste na identificação das variáveis (“Potencialidades” e “Vulnerabilidades”) que, no seu conjunto, caracterizam o contexto no qual a actividade da organização se desenrola. A análise do ambiente externo consiste na identificação das variáveis (“Oportunidades” e “Ameaças”), cujo controlo não está ao alcance da organização (FFAA) e que caracterizam o contexto em que ela opera.

Finalmente, constrói-se uma matriz SWOT de cuja observação analítica decorre a formulação estratégica que consiste na dedução das linhas de acção que permitirão gerir com eficácia as Oportunidades e Ameaças decorrentes dos factores externos, à luz das

---

Montanha (BRM) – tem um pelotão em permanência na Serra da Estrela – e uma Unidade Especial de Operações Subaquáticas (UEOS), com mergulhadores para efectuar buscas e resgates em meio aquático. Capacidades para manuseamento de matérias perigosas e actuação em ambientes NBQR, e de Busca e Resgate de Estruturas Colapsadas (BREC), encontram-se em fase de desenvolvimento.

<sup>32</sup> *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats.* (Potencialidades, Vulnerabilidades, Oportunidades e Ameaças)



Potencialidades e das Vulnerabilidades da organização (Ibidem: 160-163).

### **b. Capacidades das FFAA: Potencialidades**

As FFAA possuem um vasto conjunto de características intrínsecas, valências próprias e capacidades, que lhes permitem assumir um importante papel em acções de protecção civil. E sendo bem utilizadas, exploradas e potenciadas, situam-nas como um elemento essencial no âmbito da segurança e defesa das populações.

Entre as Potencialidades (pontos fortes) que as tornam particularmente aptas para este tipo de missões, há que referir as seguintes, para lá das essenciais, e únicas, capacidades de reconhecimento e vigilância do espaço marítimo e aéreo, e de busca e salvamento marítimo: 1) a capacidade NBQ inerente aos três Ramos; 2) a engenharia militar localizada no Exército; 3) a denominada Vila D'Ela, localizada na ETNA-DLA da Marinha, cujas infra-estruturas e capacidades, únicas no País, lhe conferem um valor a explorar; 4) robustos sistemas de comunicações e de informação, com provas dadas e capazes de funcionar independentemente da operacionalidade dos sistemas congéneres dos operadores públicos; 5) cultura, valores e património genéticos, alicerçados no espírito de missão e desígnio de bem-servir a sociedade de onde emanam; 6) um forte sentido de disciplina e organização, que se consubstancia na responsabilização e na clara unidade e cadeia-de-comando; 7) doutrina consolidada dos Ramos; 8) capacidade de realização de exercícios, com vista a formação e treino; 9) infra-estruturas; 10) experiência em anteriores missões de apoio à paz (Bósnia, Kosovo, Líbano); 11) transporte aéreo táctico para projecção de força; 12) capacidade de se constituírem como uma plataforma logística, fundamental para o apoio logístico às operações, nomeadamente no que respeita a transportes, evacuação de sinistrados e apoio em material diverso (tendas, geradores, depósitos de água, combustível, cozinhas e refeitórios de campanha, alimentação, etc.); 13) inerente a todas elas, a característica de “duplo uso” dos meios, permitindo que capacidades pensadas e edificadas para fins militares estejam disponíveis, e tenham perfeita adequação noutro tipo de missões.

### **c. Capacidades das FFAA: Vulnerabilidades**

Contudo, há igualmente que reconhecer a existência de Vulnerabilidades (pontos fracos) que fragilizam a actuação das FFAA enquanto agentes de protecção civil, impedindo uma mais eficaz colaboração neste âmbito, nomeadamente: 1) a escassez de recursos financeiros, em especial quando comparados com os atribuídos e disponíveis a outras entidades, com consequências negativas na edificação de certas capacidades, resultantes de longos períodos para concretização de determinados programas, em especial





os que decorrem da Lei de Programação Militar (LPM); 2) falta de meios aéreos dotados de capacidade (“*fitted for*”) de combate a incêndios; 3) inexistência de um NAVPOL que permita uma efectiva capacidade de projecção de força garantindo, a partir do mar, apoio logístico, sanitário e humanitário em caso de sinistros de grande dimensão, bem como evacuações em larga escala, no decurso de missões de apoio a acidente grave ou catástrofe; 4) a pouca experiência de actuação conjunta dos três Ramos neste tipo de acções, em especial no que respeita às dificuldades de comando e controlo conjunto no terreno; 5) ausência de Planos de contingência integrados para determinados tipos de acidentes; 6) ausência de definição de uma linha e de um pensamento estratégicos no seio das FFAA sobre missões de interesse público; 7) ausência de uma componente de investigação, estudo e análise neste âmbito, permitindo agregar e consolidar conhecimento (“*know how*”), e desenvolver doutrina para a participação em operações de protecção civil.

#### **d. Ambiente externo às FFAA: Oportunidades**

Face à necessidade de respostas rápidas, eficazes e coordenadas a situações de acidentes graves ou catástrofes, e estabelecido o quadro legal de actuação e colaboração das FFAA neste âmbito, é possível elencar um conjunto de circunstâncias externas que, desde que convenientemente exploradas ou tirando delas partido, permitirão potenciar o seu emprego: 1) a ligação entre FFAA e organismos de protecção civil apresenta deficiências, fruto de diferentes culturas e posicionamentos, pelo que necessita ser aprofundada e melhorada a sua articulação; 2) inexistência de um plano de comunicações, englobando FFAA, forças de segurança e protecção civil, concebido para fazer face a situações deste âmbito, além da inexistência de uma rede nacional segura de comunicações acessível a todas as entidades envolvidas<sup>33</sup> e independente dos operadores públicos ou infra-estruturas colapsáveis, única forma de garantir a interoperabilidade entre os diversos agentes de protecção civil; 3) competências específicas das FFAA no domínio do espaço aéreo e marítimo; 4) há lacunas na estrutura da protecção civil em áreas nas quais as FFAA podem ter importante papel, nomeadamente no apoio logístico e na componente NBQ, com especial ênfase para o bio-terrorismo; 5) a sociedade civil não dispõe de um número suficiente de quadros com competências, nem de estruturas organizacionais dimensionadas para responder, com prontidão operacional, a situações de catástrofes<sup>34</sup> (tal como, aliás, se

---

<sup>33</sup> Em 1999 foi criado o Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP), que não se encontra ainda em pleno funcionamento.

<sup>34</sup> “Se em Portugal existisse um sistema de protecção civil baseado no conhecimento integral científico e técnico, estaríamos muito mais bem preparados. Assim estamos atrasados 20 anos relativamente a outros



observa na generalidade dos países ocidentais); 6) o desconhecimento da sociedade civil das reais capacidades e do potencial que as FFAA têm ao seu dispor para dar resposta a este tipo de situações.

#### **e. Ambiente externo às FFAA: Ameaças**

Mas também é possível constatar, na envolvente externa, algumas “ameaças” à actuação das FFAA no domínio da protecção civil, nomeadamente: 1) a criação, no seio de outras organizações, de unidades dotadas com capacidades e valências em áreas até há pouco de exclusiva competência das FFAA, resultando numa duplicidade de gastos para meios eventualmente redundantes; 2) a constituição da Empresa de Meios Aéreos do Estado; 3) a afectação de avultados recursos financeiros a outros organismos neste âmbito, redundando no desinvestimento das FFAA e na impossibilidade de concretização de determinados programas e capacidades; 4) a “desconfiança” das organizações de protecção civil na participação das FFAA neste tipo de missões, mesmo estando elas superiormente aprovadas e reguladas; 5) existência do risco de “secundarização” das missões principais das FFAA; 6) a legislação reguladora da intervenção das FFAA em acções de protecção civil não realça o seu papel em acidentes ou catástrofes de grande dimensão.

#### **f. Linhas de acção estratégicas a seguir**

Caracterizados os factores do ambiente externo e do ambiente interno, a partir da análise da matriz SWOT construída tal como referido em 5.a., resultam as seguintes linhas de acção estratégicas, que sistematizamos em quatro áreas:

##### **(1) Emprego das Potencialidades para explorar as Oportunidades**

- Criar núcleos de valência específicos (eventualmente conjuntos aos três Ramos), em áreas onde o conhecimento e a experiência militares podem acrescentar valor, e desenvolver competências, como a capacidade NBQ e a engenharia militar;
- Alargar o Sistema Integrado de Comunicações Militares (SICOM), estrutura física dos sistemas de comunicações e de informações das FFAA, para suportar acções de protecção civil, em especial permitindo a coordenação ao nível do comando das operações;
- Edificar uma capacidade de módulos de comunicações e sistemas de informação

---

países” (Prof. Mendes Vítor, o primeiro doutorado no nosso País em ciências Geofísicas, em entrevista ao jornal “Bombeiros de Portugal”, edição de Janeiro de 2009).



projectáveis, modulares e escaláveis, que permitam apoiar uma rede de comando e controlo, caso os operadores públicos sejam desprovidos das respectivas infra-estruturas;

- Criar e validar em exercícios, planos de comunicações integrados que possam suportar acções de emergência, a partir de sistemas militares já existentes;
- Constituir uma reserva estratégica das FFAA, através de depósitos com capacidade de resposta a nível de medicamentos e reabastecimentos diversos.

## **(2) Emprego das Potencialidades para evitar (ou minimizar) as Ameaças**

- Alargar e criar núcleos de excelência para formação de militares e civis, à semelhança da existente Vila D'Ela, servindo para ministrar treino a diferentes organizações envolvidas na protecção civil;
- Fomentar e incentivar a realização de exercícios conjuntos, ajudando a eliminar eventuais desconfianças nas reais capacidades das FFAA nesta área, promovendo a interoperabilidade, corrigindo deficiências de articulação e credibilizando a sua actuação junto dos organismos de protecção civil.
- Propor a revisão da legislação em vigor, incluindo de novo a tipificação de “situação de crise”, já que o carácter global do conceito de defesa nacional obriga à coordenação e integração de medidas, preparando as estruturas do Estado para responderem de forma adequada e pronta a situações que afectem as populações. Importaria, nomeadamente, pugnar pela criação de um Sistema Nacional de Gestão de Crises, atribuindo e definindo responsabilidades às diversas entidades envolvidas.

## **(3) Correção das Vulnerabilidades para tirar partido das Oportunidades**

- Dar prossecução ao projecto de construção do NAVPOL, dotando as FFAA de um meio naval com capacidades únicas no nosso País para responder a sinistros de grande dimensão no EEINP, valorizando a componente conjunta dos três Ramos;
- Desenvolver antecipadamente Protocolos e Planos de intervenção, exequíveis e detalhados (correspondendo mesmo a zonas determinadas e áreas específicas), que em função da natureza da situação, permitam dar resposta à ocorrência de acidentes graves ou catástrofes, de forma progressiva ou imediata;
- Divulgar as capacidades das FFAA em intervenções na área da protecção civil, nomeadamente através da realização de exercícios com a presença de meios da comunicação social, e reposicionando-as junto da sociedade civil como entidade competente e essencial para a defesa e segurança das populações.



#### **(4) Correção das Vulnerabilidades para superar as Ameaças**

- Recorrer a fontes de financiamento com aplicação na sociedade civil e utilizadas por diferentes organismos, aproveitando para colmatar deficiências e erigir capacidades que de outra forma seriam de difícil concretização;
- Criar um centro de excelência de conhecimento das FFAA na área da protecção civil, capaz de congrega experiência e “*know how*” acumulados em anteriores acções, possibilitando a intervenção operacional e o desenvolvimento de doutrina consolidada para missões de interesse público;
- Dotar de novo meios aéreos da FAP com capacidade de combate a incêndios.

#### **g. Síntese conclusiva**

Face aos resultados decorrentes da análise SWOT e tendo em vista desenvolver uma melhor cooperação e a mais correcta articulação entre FFAA e a estrutura organizativa da protecção civil, afigura-se ser possível definir uma “estratégia” adequada que englobe os seguintes pontos: 1) criação de um centro de conhecimento das FFAA na área da protecção civil que inclua uma componente de investigação, estudo e análise, permitindo desenvolver e consolidar doutrina de apoio a missões de interesse público; 2) criação de núcleos de excelência em áreas específicas nas quais as FFAA detenham capacidades e “*know how*” únicos no País, possibilitando ministrar formação e treino alargados, assim como a intervenção operacional nessas áreas; 3) fomentar a realização de exercícios conjuntos promovendo a interoperabilidade e corrigindo deficiências de articulação; 4) desenvolver Protocolos e Planos de contingência detalhados que permitam uma resposta, de forma gradual ou imediata, a acidentes graves ou catástrofes; 5) divulgação das capacidades intrínsecas das FFAA para intervenção em acções de protecção civil, reposicionando-as e credibilizando-as junto da sociedade civil; 6) criação de uma entidade (“*Board*”), ao nível dos Ministérios da Defesa e Administração Interna, com vista a encarar, de forma global, toda a área de comunicações, em especial no âmbito da protecção civil, incluindo a execução de planos de comunicações e o planeamento de exercícios; 7) procurar encontrar fontes de financiamento alternativas que permitam colmatar deficiências e erigir/completar capacidades essenciais às FFAA nesta área; 8) propor a revisão da legislação em vigor, para incluir de novo a tipificação de “situação de crise”, preparando as estruturas do Estado para responderem de forma adequada e pronta a situações que afectem as populações, e pugnar pela criação de um Sistema Nacional de Gestão de Crises, atribuindo e definindo responsabilidades às diversas entidades envolvidas.



Pelo acima exposto, considera-se respondida a QD 3 e confirmada a HIP 3.

## **6. Conclusões/Recomendações**

Este trabalho de investigação desenvolveu-se em torno da QC: *“De que forma podem as Forças Armadas, em termos organizativos e de capacidades, dar uma mais eficaz e eficiente resposta, em colaboração com os organismos de protecção civil, a situações decorrentes de acidente grave ou catástrofe?”*. Neste contexto, dividimos o problema em três QD, cujas respostas tentámos encontrar ao longo do trabalho e que serão abordadas nesta conclusão, para assim atingirmos a resposta à QC formulada.

Iniciámos a nossa investigação procurando analisar o actual quadro legislativo, normativo e conceptual nacional que regula a colaboração institucional e funcional entre FFAA e os organismos de protecção civil, por forma a perceber se se encontra adequado, permitindo uma correcta coordenação de esforços na resposta a situações de crise decorrentes de acidentes graves ou catástrofes. (QD 1).

Da análise efectuada, apurámos que o preceituado na CRP quanto à colaboração das FFAA em missões de protecção civil e tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas das populações se encontra plasmado na nova documentação estruturante da Defesa Nacional (LDN e LOBOFA), sendo igualmente reflectido no CEDN, CEM e MIFA04, onde é preconizada a articulação entre FFAA, planeamento civil de emergência e protecção civil. Também as alterações recentemente introduzidas na legislação que regula o empenho e participação das FFAA em acções de protecção civil (LBPC e SIOPS), vieram clarificar, conceptualmente, alguns mecanismos de cooperação, coordenação e articulação operacional (HIP 1 validada).

Prosseguimos com a identificação e análise do dispositivo e capacidades passíveis de serem disponibilizadas pelas FFAA, visando uma resposta efectiva e eficaz em missões de protecção civil na ocorrência de acidentes graves ou catástrofes (QD 2).

Daqui retirámos que, mesmo não possuindo estruturas destinadas especificamente para este tipo de missões, graças à característica de “duplo uso” dos meios, o dispositivo constituído e as capacidades instaladas, mesmo que pensadas e edificadas para fins militares, estão disponíveis e têm perfeita adequação neste tipo de missões, apoiando e complementando as estruturas de protecção civil. Nomeadamente nas áreas de engenharia militar; defesa NBQ; comunicações; apoio ao combate a incêndios florestais e ocorrência de cheias; busca, salvamento e reconhecimento aéreos e marítimos; evacuações; e apoio logístico. Foi ainda identificada a falta de um NAVPOL, garantindo capacidade de



projectação de força e, a partir do mar, apoio logístico, sanitário e humanitário em caso de sinistros de grande dimensão, bem como evacuações em larga escala, no decurso de missões de apoio após acidente grave ou catástrofe (**HIP 2 parcialmente validada**).

No decurso do processo de investigação, e após analisarmos brevemente a realidade dos dois países europeus mais nossos vizinhos, procurámos seguidamente identificar uma “estratégia” a ser seguida que, introduzindo alterações, permitisse uma melhor cooperação e mais correcta articulação entre FFAA e as estruturas da protecção civil, tornando mais eficaz a resposta neste âmbito (**QD 3**).

Daqui resultou um conjunto de linhas de acção que, sistematizadas, permitiram preconizar a seguinte “estratégia” tendente a desenvolver a actuação das FFAA neste âmbito: 1) criação de um centro de conhecimento, incluindo uma componente de investigação, estudo e análise, permitindo desenvolver doutrina de apoio a missões de interesse público; 2) criação de núcleos de excelência em áreas específicas nas quais as FFAA detenham capacidades e “*know how*” únicos no País, possibilitando ministrar formação e treino alargados, assim como a intervenção operacional nessas áreas; 3) fomentar a realização de exercícios conjuntos promovendo a interoperabilidade e corrigindo deficiências de articulação; 4) desenvolver Protocolos e Planos de contingência que permitam uma resposta, de forma gradual ou imediata, a acidentes graves ou catástrofes; 5) divulgação das capacidades intrínsecas das FFAA para intervenção em acções de protecção civil, credibilizando-as junto da sociedade civil; 6) criação de um “*Board*”, ao nível dos Ministérios da Defesa e Administração Interna, com vista a analisar, globalmente, toda a área de comunicações, nomeadamente no âmbito da protecção civil, incluindo execução de planos de comunicações e planeamento de exercícios; 7) encontrar fontes de financiamento alternativas que permitam colmatar deficiências e erigir/completar capacidades essenciais às FFAA para o apoio a missões de interesse público; 8) propor a revisão da legislação em vigor, para incluir a tipificação de “situação de crise” preparando as estruturas do Estado para responderem de forma adequada e pronta a situações que afectem as populações, e pugnar pela criação de um Sistema Nacional de Gestão de Crises, atribuindo e definindo responsabilidades às várias entidades envolvidas (**HIP 3 validada**).

Assim, e como corolário da investigação, julgamos ter contribuído para a definição de linhas de acção e da “estratégia” a adoptar pelas FFAA, para que, em colaboração com os organismos de protecção civil, seja dada uma mais eficaz e eficiente resposta a situações decorrentes de acidente grave ou catástrofe, dando assim resposta à QC formulada, que





serviu de orientação ao presente trabalho, e que propomos como recomendações finais para melhor articulação e participação das FFAA em missões de interesse público.

Os grandes acidentes a que assistimos no mundo, nos últimos anos, “dizem-nos que a resposta articulada e rápida fraquejou muito por ausência de uma relação fluida entre as estruturas de protecção civil, forças de segurança e FFAA. Os novos conceitos de segurança vão pois, no sentido de promover a articulação permanente entre todas estas forças e serviços, na planificação e na organização operacional.”<sup>35</sup> Ora a natureza aleatória dos acidentes graves e catástrofes, bem como a complexidade dos efeitos nefastos associados a este tipo de situações, impõem que sejam implementados mecanismos que, perante a sua ocorrência, garantam aos meios humanos e materiais a envolver, capacidade de resposta rápida, eficaz e coordenada. Reconhecendo que, quanto mais sobe o patamar da dimensão do cataclismo, mais as soluções tendem a fraquejar. E aí as FFAA, na sua inestimável missão nacional que visa a satisfação das necessidades básicas e melhoria da qualidade de vida das populações, terão sempre o papel primordial.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **Livros**

- ESPÍRITO SANTO, Gabriel Augusto do (1999). *As Forças Armadas em acções de protecção civil*. Um testemunho do presente para o futuro. Lisboa: Forças Armadas Portuguesas, pp. 99-107.
- GRANT, Robert M. (2008). *Contemporary Strategy Analysis*. 6<sup>th</sup> Ed., Oxford [etc.]: Blackwell Publishing Ltd.
- HUNGER, J. David, WHEELLEN, Thomas L. (1993). *Strategic Management*. 4<sup>th</sup> Ed., New York [etc.]: Addison-Wesley Publishing Company.
- MAGALHÃES, António José de (1991). *Planeamento Estratégico de Planeamento Civil*. Lisboa: Escher.

### **Monografias**

- COUCEIRO, Diego Franco (2001). *La coordinación Fuerzas Armadas-Fuerzas de Seguridad en la protección civil*. Monografías del CESEDEN. Madrid: Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional, n.º 45, Março 2001, pp.125-152

---

<sup>35</sup> Intervenção do Secretário de Estado da Administração Interna, no encerramento da conferência nacional “Protecção civil: novos paradigmas”, realizada em Coimbra, em 1 de Março de 2007.



- LONGO, Honório Iglesias (2001). *La colaboración de las Fuerzas Armadas en la seguridad interior*. Monografías del CESEDEN. Madrid: Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional, n.º 45, Março 2001, pp.99-123.
- MARTINS, Maria Isabel (1994). *O Planeamento Civil de Emergência e a defesa nacional*. TMI CDN/94. Lisboa: IDN
- VIANA, Vítor Daniel Rodrigues (2003). *O Conceito de Segurança Alargada e o seu Impacto nas Missões e Organização das Forças Armadas*. TILD CSCD 2002/2003. Lisboa: IAEM.

### **Revistas e Artigos**

- GAMITO, António Manuel (2002). *A dimensão da Protecção Civil na Política Europeia de Seguranças e Defesa (PESD)*. Planeamento Civil de Emergência. Lisboa: n.º 15, 2002, pp 12-14.
- LOPES, José Augusto Amaral (2005). *Gestão de crises*. Diplomacia pura, Geopolítica e Estratégia. Lisboa: n.º 0, Abril/Junho 2005, pp. 36-45
- RIBEIRO, Manuel Morais (2005). *Segurança e Sistema Nacional de Protecção Civil*. Planeamento Civil de Emergência. Lisboa: n.º 17, 2005, pp. 42-47.
- ROMERO, António Pedro da Silva Tomé (1998). *Protecção civil e as Forças Armadas*. Planeamento Civil de Emergência. Lisboa: n.º 11 (Separata), pp. 31-34

### **Legislação**

- Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro – Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas
- Lei n.º 44/86, de 30 de Setembro – Regime de Estado de Sítio e de Emergência
- Decreto-Lei n.º 153/91, de 23 de Abril – Lei Orgânica do CNPCE
- Lei n.º 111/91, de 29 de Agosto – Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas
- Decreto-Lei n.º 48/93, de 26 de Fevereiro – Lei Orgânica do EMGFA
- Decreto-Lei n.º 15/94, de 22 de Janeiro – Sistema Nacional de Busca e Salvamento Marítimo
- Decreto-Lei n.º 253/95, de 30 de Setembro – Sistema Nacional de Busca e Salvamento Aéreo
- Decreto-Lei n.º 43/2002, de 2 de Março – Organização e atribuições do Sistema da Autoridade Marítima (SAM) e cria a Autoridade Marítima Nacional
- Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de Março – Lei Orgânica da Autoridade Marítima Nacional





- Conselho Estratégico de Defesa Nacional, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003, de 20 de Dezembro de 2002
- Conselho Estratégico Militar, aprovado pelo Ministro de Estado e da Defesa Nacional em 22 de Dezembro de 2003
- Missões Específicas das Forças Armadas (MIFA 04), definidas em Conselho Superior de Defesa Nacional, em 21 de Outubro de 2004
- Programa do XVII Governo Constitucional, 2005-2009
- Lei Constitucional 1/2005, de 12 de Agosto – Constituição da República Portuguesa (VII Revisão Constitucional)
- Decreto-Lei n.º 22/2006, de 2 de Fevereiro – Lei Orgânica do Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente e do Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro, da Guarda Nacional Republicana
- Decreto-Lei n.º 61/2006, de 21 de Março – Lei Orgânica do Exército
- Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho – Lei de Bases da Protecção Civil
- Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de Julho – Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS)
- Decreto-Lei 75/2007, de 29 de Março – Lei Orgânica da ANPC
- Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro – Enquadramento institucional e operacional da protecção civil no âmbito municipal, organização dos serviços municipais de protecção civil e competências do comandante operacional municipal
- Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto – Lei de segurança interna

#### **Sítios na Internet**

ANPC – <http://www.prociv.pt>

CNPCE – <http://www.cnpce.gov.pt>

EMGFA – <http://www.emgfa.pt>

Espanha – <http://www.proteccioncivil.org/es>

França – [http://www.interieur.gouv.fr/sections/a\\_1\\_interieur/defense et securite civiles/services-operationnels/formisc](http://www.interieur.gouv.fr/sections/a_1_interieur/defense_et_securite_civiles/services-operationnels/formisc)

GNR – <http://www.gnr.pt>

Governo – <http://www.portugal.gov.pt>

IDN – <http://www.idn.gov.pt>

INEM – <http://www.inem.pt>

MDN – <http://www.mdn.gov.pt>



## **Entrevistas**

Tenente-General João Maria de Vasconcelos Piroto, Vice-Presidente CNPCE (Março de 2009)  
Major-General António Carlos de Sá Campos Gil, SUB-CEME (Janeiro de 2009)  
Major-General José Joaquim Ramos Tareco, COFA (Janeiro de 2009)  
Contra-Almirante Carlos Manuel Mina Henriques, COC-EMGFA (Dezembro de 2008)  
Contra-Almirante António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro, SUB-CEMA (Novembro de 2008)  
Coronel António Augusto Baptista Antunes (Março/Abril de 2009)  
Capitão-de-mar-e-guerra Jorge Manuel Pereira Silva Paulo, DGAM (Fevereiro de 2009)  
Capitão-de-mar-e-guerra António José Dionísio Varela, DGAM (Dezembro de 2008)  
Capitão-de-fragata Mário José de Magalhães Macedo (Fevereiro de 2009)  
Capitão-de-fragata António Pedro Ferreira Moreira, COA (Março de 2009)  
Capitão-de-fragata Joaquim Almeida Gabriel, CCF (Janeiro de 2009)  
Capitão-tenente João Filipe Mota Duarte, ETNA-DLA (Janeiro de 2009)  
Capitão-tenente Samuel Calado Carvalho de Oliveira, DIVPLAN-EMA (Janeiro de 2009)  
Capitão-tenente Nuno da Cunha Sardinha Monteiro, DIVPLAN-EMA (Fevereiro de 2009)  
Major Rui Manuel da Costa Ribeiro Vieira, COp (Janeiro de 2009)  
Major Raul Afonso Paixão, DIVOP-EMFA (Janeiro de 2009)  
Dr.<sup>a</sup> Patrícia Gaspar, CNOS ANPC (Março de 2009)  
Inspector Manuel Veloso (Novembro de 2008)



*O dispositivo e as capacidades das Forças Armadas na resposta a situações de crise decorrentes de catástrofe ou calamidade pública.*

---



# **Apêndice I**

## **Glossário de Conceitos**



**ACIDENTE GRAVE** – Acontecimento inusitado com efeitos relativamente limitados no tempo e no espaço, susceptível de atingir as pessoas e outros seres vivos, os bens ou o ambiente (LBPC, 2006: 3.º).

**AGENTES DE PROTECÇÃO CIVIL** – Corpos de Bombeiros, Sapadores Florestais, Forças de Segurança, FFAA, Autoridades Marítima e Aeronáutica, INEM e outros serviços de saúde. Têm também dever especial de cooperação, Associações humanitárias de bombeiros voluntários, Serviços de segurança, Instituto Nacional de Medicina Legal, Instituições de segurança social, Instituições com fins de socorro e solidariedade, Organismos responsáveis pelas florestas, conservação da natureza, indústria e energia, transportes, comunicações, recursos hídricos e ambiente, Serviços de segurança e socorro privativos das empresas públicas e privadas, dos portos e aeroportos. Os agentes e as entidades acima referidos, em situação de iminência ou de ocorrência de acidente grave ou catástrofe, articulam-se operacionalmente nos termos do SIOPS sem prejuízo das suas estruturas próprias de direcção, comando e chefia. (LBPC, 2006: 46.º)

**ALERTA, DECLARAÇÃO DE** – Declaração feita quando, face à ocorrência ou iminência de ocorrência de um acidente grave e/ou catástrofe, é reconhecida a necessidade de adoptar medidas preventivas e/ou medidas especiais de reacção. O acto de declarar a situação de alerta corresponde ao reconhecimento da adopção de medidas adequadas e proporcionais à necessidade de enfrentar o grau mais baixo de perigo, actual ou potencial, inserido uma cadeia com grau crescente de perigo (LBPC, 2006: 13.º, 14.º).

**AMEAÇA** – Evento adverso com potencial para originar um desastre, ao qual se associa determinada probabilidade de ocorrência e de magnitude. (Ministério do Planeamento, Departamento de Defesa Civil, 1998).

**BUSCA E SALVAMENTO (SAR)** – Conjunto de operações com a finalidade de localizar e recuperar vítimas de um acidente grave ou catástrofe colocando seres humanos e animais a salvo em local seguro e adequado (Min. Planeamento, Departam. Defesa Civil, 1998).

**CALAMIDADE, DECLARAÇÃO DE** – Declaração feita face à ocorrência ou iminência de ocorrência de um acidente grave e/ou catástrofe, e à sua previsível intensidade, e em resultado do reconhecimento da necessidade de adoptar medidas de carácter excepcional destinadas a prevenir, reagir ou repor a normalidade das condições de vida nas áreas atingidas pelos seus efeitos. O acto de declarar a situação de calamidade corresponde ao reconhecimento da adopção de medidas adequadas e proporcionais à necessidade de enfrentar o grau mais elevado de perigo, actual ou potencial (LBPC, 2006: 19.º, 21.º).



**CATÁSTROFE** – Acidente grave ou série de acidentes graves susceptíveis de provocarem elevados prejuízos materiais e eventualmente vítimas, afectando intensamente as condições de vida e o tecido socioeconómico em determinadas áreas ou na totalidade do território nacional. (LBPC, 2006: 3.º)

**CONTINGÊNCIA, DECLARAÇÃO DE** – Declaração feita quando, face à ocorrência ou iminência de ocorrência de um acidente grave ou catástrofe, é reconhecida a necessidade de adoptar medidas preventivas/especiais de reacção não mobilizáveis no âmbito municipal. O acto de declarar a situação de contingência corresponde ao reconhecimento da adopção de medidas adequadas e proporcionais à necessidade de enfrentar um grau de perigo, actual ou potencial, mais gravoso que a situação de alerta, mas menos gravoso que a situação de calamidade (LBPC, 2006: 16.º, 17.º).

**CRISE** – Situação delicada, em que por circunstâncias internas ou externas, se verifica uma ruptura violenta da normalidade ou do equilíbrio dinâmico de um sistema, originando a sua desorganização e descontrolo (Dirección General de Protección Civil, 2007).

**EMERGÊNCIA** – Qualquer acontecimento exigindo coordenação acrescida ou resposta para além da rotina de modo a salvar vidas, proteger a propriedade, a saúde pública e a segurança, ou diminuir ou evitar a ameaça de um desastre (Michigan, 1998: 6).

**ESTRATÉGIA** – Ciência ou arte de explorar condições favoráveis para, aplicando os meios disponíveis, atingir os objectivos específicos definidos (Grant, 2008: 17).

**EVACUAÇÃO** – Procedimento que consiste na recolha, transporte e alojamento de pessoas e bens, do local onde ocorreu ou haja risco de ocorrer um sinistro, para um local seguro (Ministério do Planeamento, Departamento de Defesa Civil, 1998).

**OCORRÊNCIA** – Evento que requer a intervenção especializada de equipas de socorro em caso de emergência (Ministério do Planeamento, Departamento de Defesa Civil, 1998)

**PLANEAMENTO CIVIL DE EMERGÊNCIA** – Actividade pública e privada que se destina à organização e preparação civil dos sectores estratégicos da Nação, para fazer face a situações de crise ou de guerra de âmbito nacional e internacional. ([www.cnpce.gov.pt](http://www.cnpce.gov.pt)).

**RESPOSTA** – Conjunto de decisões e de acções tomadas durante e depois da catástrofe, que incluem o socorro, a reabilitação e a reconstrução imediatos ([www.prociv.pt](http://www.prociv.pt)).

**RISCO** – A possibilidade de ocorrerem perda de vidas humanas, bens ou capacidade produtiva quando estes elementos são expostos a um evento destrutivo. O nível de risco depende especialmente da vulnerabilidade dos elementos expostos a um perigo (Dirección General de Protección Civil, 2007).



## **Apêndice II**

### **Planos de apoio do Exército**





**(a) Plano VULCANO – Apoio do Exército na prevenção e combate em primeira intervenção aos incêndios florestais**

Desde 2004 que o Exército colabora com a Direcção-Geral dos Recursos Florestais (DGRF), enquanto Autoridade Florestal Nacional, para a preservação e desenvolvimento do sector florestal do País, através da celebração de protocolos anuais – envolvendo Exército, ANPC, DGRF e o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP) –, com vista à melhoria das acessibilidades para o combate aos incêndios florestais e ao reforço do sistema de aceiros que evitem a propagação dos referidos incêndios, bem como para a diminuição do número e dimensão dos incêndios florestais, realizando vigilância móvel e combate em primeira intervenção.

Para tal, e através deste Plano VULCANO, são colocados à disposição meios do COP, que em coordenação com a DGRF, realizam patrulhamentos, vigilância móvel, combate ao fogo em primeira intervenção, rescaldo e vigilância pós-incêndio, a cargo de equipas de Sapadores do Exército para a Defesa da Floresta Contra Incêndios (SEDFCI), que recebem formação específica para tal.

Estas acções são realizadas em matas nacionais ou perímetros florestais. Em situações complicadas, em especial nos períodos em que o risco de incêndio seja mais elevado, e sem descuidar a vigilância e protecção das áreas protocoladas, as equipas poderão ser deslocadas para outras áreas ou mesmo matas privadas.

Em 2008 foram disponibilizadas 20 equipas, num total de 245 militares, distribuídas nos seguintes locais: Alto do Fontão, Vilarinho da Cova da Lua, Vieira do Minho, Castro Laboreiro, Macedo de Cavaleiros, Marão, Viveiro da Paradança, Alto do Padrão, Labruja, Serra da Freita, Selada das Eiras, Guarda do Norte, Buçaco, Serra do Crasto, Pedra da Broa, Proença-a-Nova, Mira, Sines, Tavira e Beja<sup>36</sup>.

Cada equipa é dotada de um veículo todo-o-terreno equipado com uma unidade compacta hidráulica para supressão de incêndios florestais (UCHSIF).

A actuação das equipas é articulada, através da DGRF, com os outros meios existentes no terreno, no âmbito das respectivas Comissões Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios e dos Centros Distritais de Operações de Socorro (CDOS)

O período de vigência do Plano VULCANO decorre, habitualmente, entre 01JUL e 30SET de cada ano, podendo ser alargado se as condições climatéricas assim o exigirem.

<sup>36</sup> Em 2008, e fruto de entendimento com a Câmara Municipal de Sintra, foi ainda criada mais uma equipa, para realizar o patrulhamento da serra de Sintra



### **(b) Plano LIRA – Apoio do Exército no combate aos incêndios florestais**

Face às características climáticas do território nacional, importando minimizar os efeitos devastadores dos incêndios florestais, e dada a experiência adquirida no emprego dos meios, o Exército apoia as estruturas de protecção civil através do Plano LIRA, que prevê e regula o apoio no combate aos incêndios florestais em situações de acidente grave ou catástrofe. Este Plano sistematiza as acções a desenvolver pelas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos da Força Operacional Permanente (FOPE) e EBE.

Quando solicitado, o Exército colabora no território nacional, em coordenação com a estrutura da protecção civil, através de acções tendentes a minimizar os efeitos dos incêndios florestais, nomeadamente nas acções de rescaldo, vigilância activa pós-rescaldo e no apoio logístico às corporações de bombeiros, serviços florestais, e outros agentes de protecção civil, incluindo o fornecimento de alimentação e alojamento a populações ameaçadas pelo fogo. Esta colaboração é faseada, progressiva e descentralizada, empregando, preferencialmente, as Unidades nas respectivas áreas de responsabilidade de apoio, atribuídas de acordo com o Despacho n.º 234/CEME/06 de 24 de Agosto.

O Plano LIRA é implementado em fases, correspondentes a cinco Níveis de Alerta declarados pelo Gabinete do CEME e activados pelo COP: Nível VERDE (determina às Unidades o aprontamento de forças com uma prontidão de 72 horas), sendo os outros quatro especiais – AZUL (prontidão de 11 horas), AMARELO (5 horas), LARANJA (2 horas) e VERMELHO (prontidão imediata) – e resultam da avaliação, por parte da ANPC, do grau de risco e do rácio entre necessidades e capacidades de resposta distrital e/ou nacional. Importa referir que com a subida do nível e redução do tempo de prontidão, também cresce o respectivo volume de forças e de meios disponibilizados.

O nível de alerta VERDE inicia-se a 15 de Maio de cada ano (ou em data anterior, caso as condições climáticas assim o determinem), após declaração da ANPC. Os Níveis de Alerta Especiais são declarados, ao nível da estrutura da protecção civil, pelo CCON e activados pelo CNOS, que informa, através do CDOS, todos os agentes de protecção civil.

### **(c) Plano ALUVIÃO – Apoio do Exército em caso de eventuais situações de cheias**

Face às características climáticas do território nacional, importando minimizar os efeitos das cheias, e dada a experiência adquirida no emprego dos meios, o Exército apoia as estruturas de protecção civil através do Plano ALUVIÃO, que prevê e regula a sua actuação em caso de eventuais situações de cheia. O Plano sistematiza as acções a desenvolver pelas diferentes Unidades, Estabelecimentos e Órgãos da FOPE e EBE.



A pedido, o Exército colabora no território nacional, em coordenação com a estrutura da protecção civil, através de acções tendentes a minimizar os efeitos das cheias e ainda outras acções relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e melhoria da qualidade de vida das populações, para as quais tenha capacidade, nomeadamente nas acções de busca e salvamento, garantia da mobilidade das populações, e no apoio logístico aos vários agentes de protecção civil.

A colaboração centra-se na realização das seguintes acções: busca e salvamento de pessoas e bens; disponibilização de meios de transporte; disponibilização de meios de transposição e de esgotamento de águas; disponibilização de instalações para alojamento de emergência; distribuição de alimentação e/ou géneros alimentares e abastecimento de água; reforço do pessoal civil nos campos da salubridade e da saúde; cooperação na manutenção de itinerários essenciais ao apoio às populações a socorrer; cooperação na reabilitação de infra-estruturas danificadas pelas cheias.

O Exército colabora de forma faseada, progressiva e descentralizada empregando, preferencialmente, as Unidades nas respectivas áreas de responsabilidade de apoio, atribuídas de acordo com o Despacho n.º 234/CEME/06 de 24 de Agosto.

O Plano ALUVIÃO é implementado em fases, correspondentes a três Níveis de Alerta, activados pelo COP: Nível AMARELO (determina o aprontamento dos meios mínimos incluídos no anexo A ao Plano), LARANJA (reforça os meios previstos para o nível anterior com três unidades escalão companhia a três pelotões e uma unidade escalão companhia a dois pelotões) e VERMELHO (aprontamento geral das forças), e resultam da avaliação, por parte da ANPC, do grau de risco e do rácio entre necessidades e capacidades de resposta distrital e/ou nacional.

Os Níveis de Alerta Especiais são declarados, ao nível da estrutura da protecção civil, pelo CCON e activados pelo CNOS que informa, através do CDOS todos os agentes de protecção civil.

#### **(d) Plano CÉLULA – Apoio do Exército a incidentes biológicos e químicos em território nacional<sup>37</sup>**

A ameaça Biológica e Química (BQ), quer se revele através da produção de armas de destruição em massa por parte de um Estado ou do terrorismo internacional, veio contribuir para um clima de insegurança que é motivo de preocupação. Esta ameaça exige o estabelecimento de sistemas de vigilância e de mecanismos de resposta, e constitui-se

---

<sup>37</sup> Promulgado em 31 de Agosto de 2008



como uma preocupação específicas das FFAA e da sociedade em geral. O Plano de Médio e Longo Prazo do Exército no âmbito da Prevenção e Combate às Novas Ameaças define, entre outras tarefas, a de “colaborar de modo integrado na capacidade de resposta nuclear, biológica, química e radiológica (NBQR) às ameaças do terrorismo transnacional”

Este apoio a incidentes BQ em território nacional é regulado pelo Plano CÉLULA que sistematiza as acções a desenvolver pelas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos da FOPE e EBE. A sua activação implica a mobilização de todo, ou parte, do ElemDefBQ.

Quando solicitado, o COp, através do ElemDefBQ, de forma faseada, progressiva e centralizada, e em coordenação com as entidades competentes, desenvolve acções tendentes a minimizar e/ou a prevenir os efeitos negativos decorrentes de incidentes biológicos e/ou químicos, nomeadamente, acções de reconhecimento, identificação, avaliação, monitorização e descontaminação BQ e ainda, em acções de reforço ao isolamento/marcação de áreas contaminadas, transporte de materiais e de patrulhamento.

Meios adicionais necessários ao ElemDefBQ serão accionados após avaliação da situação, fazendo uso das Unidades da FOPE que possuam as capacidades requeridas para fornecer esses apoios, ou solicitando à EBE nos casos em que tal não se verifique. Todos os elementos do ElemDefBQ, ou eventuais reforços, devem ter capacidade para actuar sem necessidade de sustentação logística durante 48 horas.

O ElemDefBQ realiza as seguintes acções: a) Detectar, identificar e monitorizar agentes BQ; b) Recolher e transportar amostras BQ; c) Analisar as amostras em laboratório; d) Avisar e relatar/alertar com destaque para a Previsão de Áreas Contaminadas; e) Gerir os perigos, visando controlar/conter a contaminação, marcar/delimitar a área contaminada, patrulhar as regiões que dão acesso a ela e garantir um perímetro de segurança e de acesso restrito; f) Proceder a acções de descontaminação BQ em pessoas e áreas; g) Empregar meios de Engenharia Militar, da Polícia do Exército; h) Reforçar a execução de contra-medidas e apoio médico adicional, recorrendo a infra-estruturas sanitárias no Exército e conhecimentos técnico-científicos residentes no Laboratório de Bromatologia e Defesa Biológica e nos centros NBQ da EPE e do COp.

Os graus de prontidão do ElemDefBQ oscilam entre as 2 e as 12 horas (núcleo inicial) e entre as 12 e as 48 horas (núcleo de apoio).



## **Apêndice III**

### **Planos de intervenção da Marinha**



**(a) Plano TEJO – Apoio da Marinha em caso de ocorrências de cheias no rio Tejo<sup>38</sup>**

Ocorrem com alguma frequência, entre Novembro e Abril, cheias no rio Tejo, que podem provocar cortes nas vias de comunicação e destruição de bens, fazendo perigar a vida das populações locais. Estas situações, que ultrapassam as possibilidades das estruturas normais existentes, exigem a intervenção de meios militares e tornam necessário a elaboração de um plano que regulamente a prevenção de meios e a programação de acções a tomar em tal eventualidade. Par tal, é da responsabilidade dos Municípios a elaboração de cartas de zonas inundáveis, que demarquem, no interior dos perímetros urbanos, as áreas atingidas pela maior cheia conhecida.

A intervenção da Marinha nas zonas sinistradas, ou sob ameaça de cheias, efectuar-se-á com recurso aos meios do dispositivo operacional do Comando do Corpo de Fuzileiros (CCF), através do Batalhão de Fuzileiros n.º 2 (BF2). A força a empenhar inclui Grupos de Comando e Manutenção, dois Elementos-Tarefa (Alfa e Bravo) constituídos cada um por nove militares, uma lancha de desembarque e três botes pneumáticos, e cinco Elementos-Tarefa (Charlie a Golf) constituídos por nove militares, duas viaturas e três botes cada.

A actuação destes meios processar-se-á após alertas faseados, regendo-se a sua activação pelas seguintes fases, promulgadas através do COC-EMGFA para o EMA:

Fase Delta: Activada, normalmente, a partir de 1 de Novembro, devendo os meios a empenhar estar disponíveis e em condições que permitam a passagem às fases seguintes;

Fase Charlie: Activada imediatamente após a informação recebida do CNOS, via EMGFA, perante ameaça de cheias nas próximas 48 horas, sendo assegurada 24 horas depois a disponibilidade dos Elementos-Tarefa Alfa, Bravo e Charlie, com prontidão de duas horas na Base de Fuzileiros, tal como o Grupo de Comando. Restantes Elementos-Tarefa e Grupo de Manutenção passam ao estado de prontidão operacional de 12 horas. Os respectivos meios aquáticos poderão ser movimentados para o pólo de Vila Franca de Xira da ETNA, Base Naval de Lisboa ou outras localizações que permitam assegurar uma mais eficaz resposta em caso de agravamento da situação.

Fase Bravo: Após activação, e perante ameaça de cheias nas próximas 24 horas, são movimentados para a área de operações os Elementos-Tarefa considerados necessários em face da situação e da disponibilidade operacional identificada na fase anterior. Os Elementos-Tarefa Delta a Golf poderão ser colocados num estado de prontidão operacional mais elevado.

<sup>38</sup> Encontra-se em revisão no Estado-Maior da Armada, devido à alteração de algumas bases logísticas, como a Escola Prática de Cavalaria (Santarém), que se encontra disponível para alienação.



**Fase Alfa:** Após activação, e quando for declarada situação de emergência no rio Tejo, serão deslocados para a área de operações todos os restantes Elementos-Tarefa. O Grupo de Comando desloca-se para a área de responsabilidade do CDOS de Santarém, a operar do Jardim Municipal “Portas do Sol”. O Oficial de Ligação do Comando da Força da Marinha junto do CDOS de Santarém garante o contacto entre as duas entidades.

**(b) Plano CONVENTO – Apoio da Marinha na defesa florestal contra incêndios na serra da Arrábida**

No âmbito da participação na defesa florestal do território nacional, a Marinha, através do CCF (e do seu BF2 como unidade de intervenção), colabora com equipas na vigilância e protecção do Parque Natural da serra da Arrábida, a fim de minorar os efeitos resultantes de eventuais incêndios, garantindo actividades de: a) patrulhamento e vigilância; b) resgate, evacuação e apoio sanitário; c) fornecimento de alojamento temporário e alimentação.

Esta colaboração é implementada segundo quatro Níveis de Gravidade: Situação de Gravidade 4 (nível de alerta AZUL), iniciada normalmente a 15 de Maio – previsibilidade de ocorrências locais não ultrapassando a capacidade de resposta distrital, com a adopção de esquemas preparatórios para intervenção ou actuação iminente (prontidão pessoal e meios: 12 horas); Situação de Gravidade 3 (nível de alerta AMARELO) – previsibilidade de ocorrências podendo ultrapassar a capacidade de resposta distrital, com a tomada de medidas de prevenção e vigilância activa (prontidão: 6 horas); Situação de Gravidade 2 (nível de alerta LARANJA) – previsibilidade de ocorrências múltiplas com necessidade de resposta nacional sectorial, com reforço de prevenção activa e pré-posicionamento de meios (prontidão: 3 horas); Situação de Gravidade 1 (nível de alerta VERMELHO) – previsibilidade de ocorrências múltiplas com necessidade de resposta nacional global, com prontidão imediata e mobilização geral interveniente.

**(c) Plano MAR LIMPO – Plano de emergência para o combate à poluição das águas marinhas, portos, estuários e trechos navegáveis dos rios, por hidrocarbonetos e outras substâncias perigosas<sup>39</sup>.**

O Plano Mar Limpo (PML) aplica-se ao combate à poluição das águas marinhas, portos, estuários e trechos navegáveis dos rios, provocada por um sinistro ou avaria que provoque ou possa provocar, o derrame de hidrocarbonetos e outras substâncias perigosas

---

<sup>39</sup> Resolução do Conselho de Ministros 25/93 (Publicada no DR 88/93 de 15 de Abril)





nas águas marítimas, seus leitos ou margens dessas águas. Tem por objectivo: estabelecer um dispositivo de resposta a situações de derrames, ou da sua ameaça iminente; definir as responsabilidades das entidades intervenientes; e fixar as competências das autoridades encarregadas da execução das tarefas que aquela resposta comporta.

Para tal, torna-se necessário: a) estabelecimento de medidas à escala nacional de resposta às ocorrências de que resulte ou possa resultar poluição; b) definição das responsabilidades das entidades e organismos envolvidos na preparação, apoio e prosseguimento das acções de combate à poluição; c) fixação das competências das entidades encarregadas da coordenação e da execução das actividades relativas às operações de combate à poluição.

É cometida ao SAM a responsabilidade pela condução das operações de combate à poluição. Esta responsabilidade compreende a preparação, manutenção e operação dos meios próprios, bem como a coordenação e supervisão da actuação dos meios de outras entidades intervenientes no processo ou dos meios que sejam mobilizados/requisitados, nos termos da respectiva legislação. Cabe ao CEMA promover, sob orientação do Ministro da Defesa Nacional, a compatibilização do funcionamento das estruturas que integram o dispositivo militar da Marinha com o aproveitamento no âmbito do SAM, nomeadamente o emprego dos meios a utilizar nas acções de vigilância e combate à poluição.

Caso se considere haver insuficiência/inadequação de meios, os Ministros da Defesa Nacional, dos Negócios Estrangeiros e do Ambiente e Recursos Naturais podem definir, por despacho conjunto, procedimentos pelos quais o Director-Geral de Autoridade Marítima poderá solicitar: a) apoio de países com os quais Portugal mantenha acordos; b) cooperação da União Europeia, para disponibilização de meios; c) cooperação de organizações internacionais de que Portugal seja membro<sup>40</sup>.

A fase de preparação inclui: a) estabelecimento de planos de intervenção adequados e actualizados; b) aquisição de materiais e equipamentos, preparação prévia de instalações e infraestruturas, estabelecimento de planos de comunicações, estudos de antecipação de situações de poluição inerentes aos planos de intervenção; c) adequada formação técnica dos responsáveis pelo combate à poluição; d) realização de exercícios, bem como proceder à avaliação dos planos de intervenção e da eficácia dos meios.

---

<sup>40</sup> No âmbito do Mecanismo Comunitário de Protecção Civil, na ocorrência de um sinistro os Estados-Membros podem solicitar apoio aos demais Estados, através do Monitoring and Information Centre (MIC), sediado em Bruxelas e que funciona na dependência da Direcção-Geral do Ambiente da Comissão Europeia. A European Maritime Safety Agency (EMSA) é uma das entidades logo contactadas pelo MIC, dispondo para o efeito de nove Oil Recovery Vessels (ORV).



As entidades e estruturas chamadas a participar no PML orientam a sua intervenção de acordo com os seguintes princípios: a) eliminar ou limitar o risco de poluição; b) reduzir as consequências do derrame ao nível, nomeadamente, do impacto ambiental; c) reduzir ao mínimo possível a quantidade de hidrocarbonetos e outras substâncias perigosas a serem incorporadas nas águas marinhas, portos, estuários e rios navegáveis.

A adequação do dispositivo de combate à poluição, conforme a gravidade da situação, faz-se por graus de prontidão. Os graus de prontidão referidos são, por ordem crescente de gravidade, os seguintes:

<b>Graus</b>	<b>Área/ Entidade coordenadora</b>	<b>Entidades intervenientes</b>
4.º (situação normal)	Local Capitão do Porto	Administração Portuária, Capitania do Porto, operadores e terminais especializados (se necessário), refinarias (se houver), outras infra-estruturas existentes, navios
3.º	Local Capitão do Porto	Capitania do Porto, Administração Portuária, operadores e terminais especializados (se necessário), refinarias (se houver), outras infra-estruturas existentes, navios
2.º	Regional Chefe de Departamento Marítimo	Departamento Marítimo, Capitânias dos Portos, Administrações Portuárias, operadores e terminais especializados (se necessário), refinarias (se houver), outras infra-estruturas existentes, navios
1.º	Nacional Director-Geral de Autoridade Marítima	DGAM-SCPMH; Departamentos Marítimos, Capitânias dos Portos, Administrações Portuárias, operadores e terminais especializados relevantes, navios

Depois de detectado um episódio de poluição no mar (de 3.º grau ou superior), o comandante das operações pede apoio ao Serviço de Combate à Poluição do Mar por Hidrocarbonetos (SCPMH) da DGAM, que deverá identificar os recursos a usar e definir uma linha de acção.

Para isso dispõe, entre outros, dos seguintes equipamentos à sua disposição: centro de operações móvel, contentor-oficina, barreiras de alto mar/oceânicas (3500m), barreiras portuárias (5600m), barreiras de praia (500m), barreiras absorventes (3500m), mantas absorventes, 32 moto-bombas de trasfega (diversos débitos), 2 geradores com torre de iluminação, 41 tanques de armazenagem provisória de hidrocarbonetos (vários tipos e capacidades), equipamento de floculação e lançamento de absorventes, 7 equipamentos de aplicação de dispersantes, diversos auto-gruas, tractores, camiões, motos-quatro e *jeeps*, 16 máquinas de limpeza de rocha, recuperador dinâmico TRANS-REC 250, 2 embarcações fluviais, uma semi-rígida e um bote Zebro.

Este material encontra-se armazenado em seis estações de pré-posicionamento de material/equipamento, localizadas em: Leixões, Lisboa (Doca da Marinha), Tróia, Portimão, Funchal e Ponta Delgada.



## **Apêndice IV**

### **Protocolos entre FAP e diversas entidades**



**(a) Protocolo entre FAP e o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) para evacuação sanitária de doentes e acidentados<sup>41</sup>**

Tendo como pressuposto o aproveitamento da capacidade de transporte aéreo, quando o mesmo não esteja envolvido em missões consideradas prioritárias pelo COFA, são estabelecidas as bases de cooperação entre FAP e INEM, ficando as missões de evacuação condicionadas a circunstâncias relevantes para a operação segundo as regras de segurança de voo aplicáveis na FAP, e sendo efectuadas de acordo com os requisitos médicos fornecidos pelo responsável clínico da missão. A FAP fornece e actualiza uma lista de heliportos, aeródromos e demais locais de aterragem e descolagem apropriados para evacuações sanitárias.

Todos os pedidos para accionamento de evacuações sanitárias serão efectuados através do INEM directamente ao COFA.

**(b) Protocolo entre FAP e o Governo Regional dos Açores para evacuações aéreas médicas de emergência<sup>42</sup>**

Este Protocolo, que se encontrava desde 2006 em fase de revisão, foi finalmente assinado na última semana de Março deste ano, após ter sido atingido um acordo entre o Governo Regional dos Açores (GRA) e a FAP, quanto a algumas questões, consideradas por esta como indispensável estarem acauteladas. Define os termos de colaboração entre a Unidade de Evacuações Aéreas (UEA) do Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo (HSEAH) e a Base Aérea n.º 4 (BA4), com vista à realização de evacuações médicas na Região Autónoma dos Açores e na área da Região de Informação de Voo (FIR) de Santa Maria, a partir de terra ou do mar, por meios da FAP. No âmbito deste protocolo, as evacuações serão realizadas pela FAP quando não haja possibilidade de transporte em avião comercial e na medida da disponibilidade dos seus meios aéreos e da respectiva capacidade de operação.

A evacuação aérea incluirá o acompanhamento por uma equipa de saúde designada pelo HSEAH e ter como destino um hospital regional, ou um aeroporto da Região a partir do qual operem aeronaves que permitam o transporte do doente para outro destino considerado mais adequado. No caso das missões de evacuação sanitária a navios, a realizar no âmbito do Centro Coordenador de Busca e Salvamento (RCC), as equipas médicas pertencerão à FAP.

<sup>41</sup> Assinado em 30 de Abril de 2003

<sup>42</sup> Assinado em 27 de Março de 2009



Os pedidos de evacuação serão dirigidos ao HSEAH/UEA pela unidade de saúde de origem do doente (evacuações inter-ilhas) ou pelo oficial de serviço do MRCC Ponta Delgada (evacuações a navios). No primeiro caso, os responsáveis do HSEAH/UEA, após analisarem a situação clínica do doente, contactam as operações da BA4, definindo em conjunto o processo de evacuação. No segundo caso, o MRCC Ponta Delgada e o RCC Lajes coordenam o processo de evacuação mantendo informado o HSEAH/UEA.

**(c) Protocolo-quadro com as bases gerais de cooperação entre FAP, Marinha e ANPC em matéria de busca e salvamento<sup>43</sup>**

Decorrente do naufrágio da embarcação “Luz do Sameiro”, ocorrido em 29 de Dezembro de 2006, na praia da Légua (Nazaré), foi realizada uma auditoria pela Inspeção-Geral da Defesa Nacional aos procedimentos de busca e salvamento em vigor na Marinha e FAP. Dessa auditoria resultaram diversos despachos, que contemplam um conjunto de acções destinadas a melhorar a coordenação neste tipo de missões. Entre elas, conta-se a assinatura deste Protocolo-quadro, que visa articular os Sistemas Nacionais de Busca e Salvamento Marítimo (SNBSM) e Aéreo (SNBSA), estabelecendo regras claras quanto aos canais de encaminhamento de pedidos de meios navias/aéreos e a adopção de sistemas de alerta prévios para redução dos tempos de resposta dos meios aéreos.

O Protocolo define assim as bases gerais de cooperação entre as entidades das estruturas auxiliares do SNBSM e SNBSA, e os Centros de Coordenação de Busca e Salvamento (CCBS) Marítimo de Lisboa (MRCC Lisboa) e Aéreo de Lisboa (RCC Lisboa), com a finalidade de rentabilizar e agilizar o emprego operacional dos meios dos órgãos e serviços das estruturas auxiliares em reforço pontual dos dispositivos permanentes da Marinha e da FAP, para busca e salvamento. Para tal, os CCBS e o CNOS da ANPC devem estar interligados permanentemente por circuitos dedicados de comunicação.

A coordenação das missões processa-se nos termos dos Decretos-Lei: n.º 15/94 (Art.º 9 e 14), n.º 253/95 (Art.º 9 e 12) e n.º 134/06 (Art.º 32 e 33).

---

<sup>43</sup> Assinado em 10 de Julho de 2007